



225

maio 2015

Carta Mensal
INTAL

Publicação Eletrônica Mensal



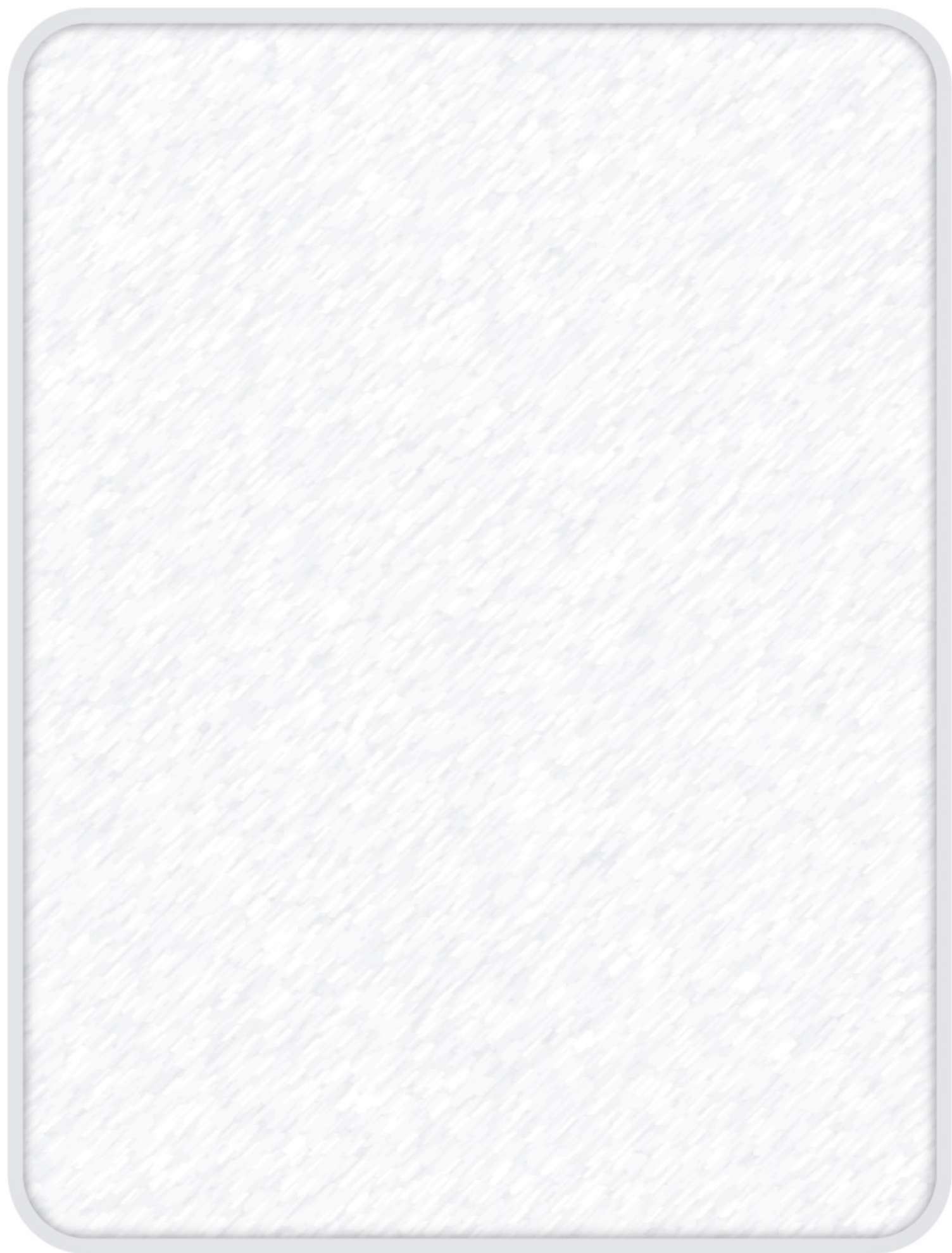


Tabela de conteúdos

Coluna de Análise

50 anos do Intal. Transformações na economia energética: Novas tendências globais e regionais	8
Impressão 3D. Impactos na produção e no comércio internacional	17

Blocos de Integração

Aliança do Pacífico

Aliança do Pacífico decide aprofundar a integração	25
--	----

Caribe

Caribe debate estratégia para futuro sustentável	26
Caribe aprimora sistema de estatísticas	28

América Central

América Central aprova facilitação de comércio regional	29
Guatemala e Honduras avançam na implementação da União Alfandegária	31

Comunidade Andina

Compromissos de negócios do Encontro Empresarial Andino	32
---	----

Mercosul

Integração física domina as agendas bilaterais	33
Acordos entre Argentina e Rússia	35

UNASUL

Atualização da Carteira de Projetos do Cosiplan e da API	38
Novo encontro entre Argentina e Chile para aprofundar a integração regional	42

Panorama Regional e Global

Progridem as negociações da Ásia-Pacífico	49
Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina	51
Brasil e México fazem acordos para reforçar vínculo bilateral	53
China e América Latina aprofundam vínculos econômicos	57

Avaliação de impacto

Impacto do financiamento público sobre a inovação e a produtividade. O caso do Uruguai	67
--	----

Setor de Integração e Comércio

Workshop Regional BID/Intal-OMC-Caricom sobre questões relativas ao acesso a mercados e facilitação do comércio para países do Caribe	71
---	----

Observatório Instrumentos Jurídicos de Integração (IJI)	73
Cadeias de valor e reestruturação produtiva no novo cenário global e regional: o caso automotivo	75
Carta Mensal Intal já tem aplicativo	76
Queda nas exportações latino-americanas intensifica-se no primeiro trimestre de 2015, segundo estudo do BID	77

Outras Atividades do BID

Premio Mérito al Desarrollo Regional de América Latina y el Caribe Juscelino Kubitschek	81
---	----

Eventos da Área

Esta seção reúne informações sobre eventos relacionados à integração e ao comércio nos âmbitos regional e mundial.

Trade Policies, Value Chains and Development. Ginebra: ICTSD e OCDE. 23 de abril de 2015.	86
Expo Aladi. Argentina 2015. Buenos Aires: 4 e 5 de junho de 2015.	87
Carbon Markets in the Context of the Post-2015 Climate Governance Framework: The Case for Climate Clubs. Paris: ICSTD. 22 de maio de 2015.	88
Seminario Internacional: Cambio Climático, Política Fiscal Ambiental y Caudales Ambientales: Desafíos y Oportunidades para las Energías Sostenibles en América Latina. Buenos Aires: CEPAL. 26 e 27 de maio 2015.	89
La UE y América Latina dialogan sobre políticas públicas y la futura cooperación en cambio climático. Programa Euro-Clima. 26 a 29 de maio de 2015.	90
Seminario Internacional: Las Oportunidades del Multidestino para la Integración Regional. Porto Príncipe: UNWTO. 19 e 20 de maio de 2015.	91

Centro de Documentação INTAL

Resenhas Bibliográficas

Enabling the next production revolution: issues paper. Paris: OCDE. March 2015	95
--	----

Alerta Bibliográfico

.....	97
-------	----

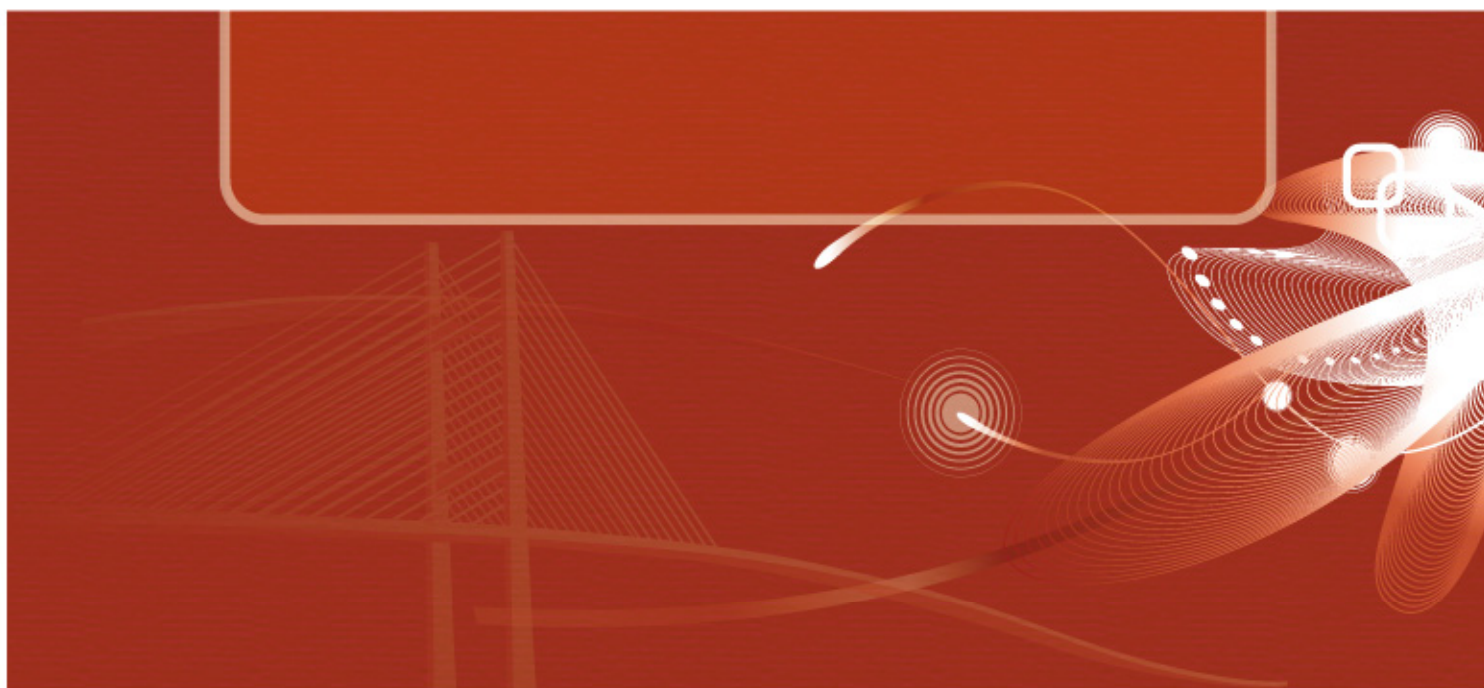
Bibliografias em destaque do mês

* Ten technologies which could change our lives : potential impacts and policy implications. (2015). Brussels: Parlamento Europeo.	98
* Ray, R.; Gallagher, K.; Lopez, A. y Sanborn, C. (2015). China in Latin America : lessons for South-South cooperation and sustainable development. Boston: Boston University.	99





Coluna de Análise





50 anos do Intal. Transformações na economia energética: Novas tendências globais e regionais

Como parte das atividades comemorativas dos seus 50 anos, o Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (Intal), junto com o Instituto Interdisciplinar de Economia Política da Universidade de Buenos Aires (IIEP BAIREES UBA), organizam em 2015 uma série de quatro seminários internacionais com o eixo temático “Potencial produtivo e desempenho exportador regional – Políticas e estratégia comercial para a inserção externa”.^[1]

O segundo destes seminários internacionais, “Transformações na economia energética: Novas tendências globais e regionais”, foi realizado no dia 13 de maio na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires ([agenda](#)) e contou com a participação de acadêmicos de renome, especialistas e autoridades nacionais e estrangeiras.

O seminário foi aberto pelo diretor do Intal, Gustavo Beliz, e pelo subdiretor do IIEP, Adrián Ramos.



Gustavo Beliz destacou que as atividades em torno do aniversário do Intal constituem uma oportunidade para favorecer e fortalecer debates sobre os últimos 50 anos da América Latina e do Caribe (ALC) e para oferecer uma visão prospectiva sobre os principais desafios enfrentados pela região. A partir do documento “[Energia: abastecendo o crescimento das Américas](#)”, elaborado pelo Setor de Integração e Comércio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e apresentado

no âmbito do Diálogo Empresarial das Américas no Panamá em abril de 2015, ele destacou o potencial da ALC em matéria energética: enquanto a região representa só 8,5% da população e 8,7% do PIB mundial, produz 20,4% da energia hidrelétrica, 13,2% do petróleo cru e 6,6% do gás natural do mundo. Nesse contexto, o documento aponta as principais oportunidades e desafios para o futuro. Por um lado, será necessário duplicar até 2030 a capacidade instalada de geração elétrica para atender o crescimento populacional e a melhora das condições de vida. Por outro, é preciso aumentar a eficiência, diversificar a matriz energética, aprofundar a integração regional (como no caso do Sistema de Interconexão Elétrica dos países da América Central, Siepac) e atingir a sustentabilidade financeira, ambiental e social. Nesse sentido, destacou que a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o período 2014-2024 a Década da Energia Sustentável para Todos.[2] Além disso, Beliz destacou a vinculação desses processos com os avanços tecnológicos. Neste sentido, informou que será realizado um evento central comemorativo dos 50 anos do Intal, no dia 7 de outubro, em Buenos Aires, com foco em tecnologias disruptivas e mudança exponencial, e no seu impacto na região da ALC.

Por sua vez, **Adrián Ramos** destacou o papel do Intal pelo seu impulso ao pensamento econômico regional e à discussão sobre temas de desenvolvimento e integração da região. Ele destacou que o setor energético é fundamental no potencial exportador das economias da ALC e ressaltou sua relação com uma questão central na história econômica: a restrição externa que limita o crescimento.

Depois das palavras de abertura, o seminário consistiu em um painel formado por Paul Isbell (Center for Transatlantic Relations, Johns Hopkins University, Washington DC), Helder Queiroz Pinto Jr. (diretor da Agência Nacional do Petróleo, ANP, e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Nicolás Gadano (Centro de Implementação de Políticas Públicas para a Equidade e o Crescimento, Cipepec, Buenos Aires).



O painel foi moderado por **Fernando Navajas** (Universidade de Buenos Aires), que fez uma breve



introdução assinalando a amplitude da questão energética e a importância das mudanças estruturais como fator que dificulta qualquer previsão. Ele disse que a situação atual caracterizada pela queda do preço do petróleo é muito específica, e obriga a refletir sobre a disrupção nos mercados energéticos, decorrente da mudança tecnológica e da consequente ampliação da oferta. A primeira exposição foi realizada por **Paul Isbell** e se concentrou em uma discussão sobre as mudanças e transformações energéticas em escala global. Sua [apresentação](#) “Um renascimento energético da Bacia Atlântica em um contexto de redefinição de preços” se baseou nos dados normalmente utilizados, mas com um enfoque novo, remapeando o mundo em três grandes regiões:

- *Bacia Atlântica*: América do Norte, Europa, África e ALC;
- *Ásia-Pacífico*: o Leste; e
- *O Grande Crescente*: Oriente Médio, Ásia Central e Rússia.

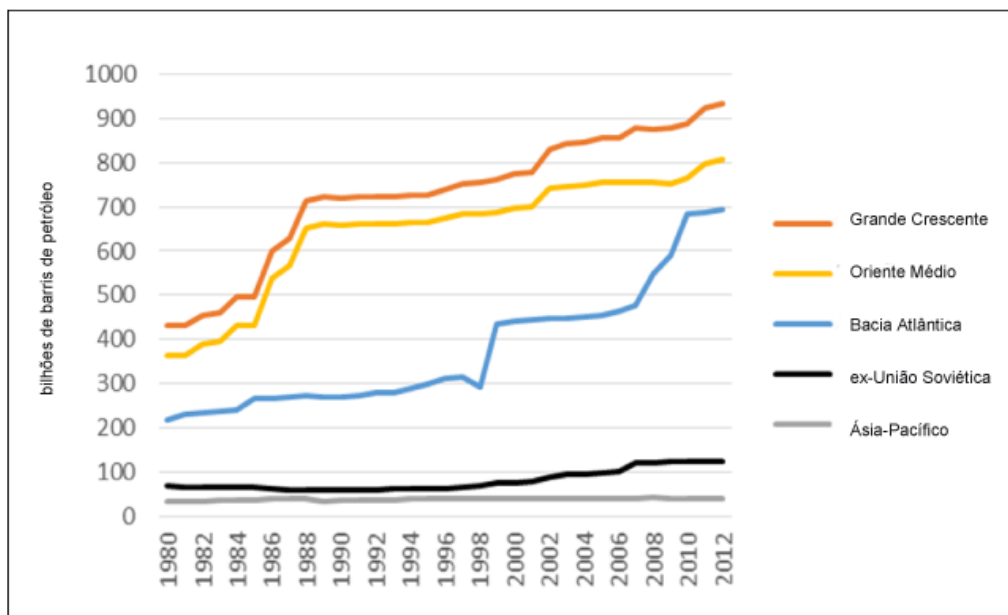
Com base nas projeções globais,[3] Isbell afirmou que seria possível produzir um reequilíbrio do *mix* energético mundial em 2040/2050: por um lado, os combustíveis fósseis perderão relevância e representarão, em conjunto, um quarto da energia global. Dentro desse grupo, o gás natural substituirá parcialmente o petróleo e representará 85% do comércio de energia.

Entre os fatores que explicam a atual queda de preços da energia, destacou o que ele denomina o “Renascimento da Bacia Atlântica”: essa região, tradicionalmente importadora de energia, desde os anos 90 experimenta uma mudança estrutural da sua oferta energética cujo resultado é um aumento notável de recursos, reservas provadas e produção. Além disso, destacou que a Bacia Atlântica está ganhando relevância como fornecedora de energia da Ásia-Pacífico e que essa tendência se manterá no futuro.

O “Renascimento da Bacia Atlântica”, além de atender ao Atlântico Norte, que foi historicamente o principal demandante de energia, atende ao Atlântico Sul, onde é possível observar um grande dinamismo na margem, ou seja, uma maior contribuição para o crescimento da oferta. Assim, o Atlântico tem aumentado expressivamente a oferta de gás e, em menor escala, de petróleo. Como se observa no Gráfico 1, o aumento das reservas provadas na Bacia Atlântica representou uma redução da brecha com relação ao Grande Crescente (principalmente o Oriente Médio). Assim, explica-se que mais de 70% do aumento da produção de petróleo entre 2015 e 2035 provirá da Bacia Atlântica, tanto para satisfazer a própria demanda quanto à da Ásia-Pacífico.

Gráfico 1. Reservas de petróleo provadas. Por grandes regiões

Petróleo em bilhões de barris



Obs.: Gráfico traduzido. Fonte: Apresentação de Paul Isbell durante o seminário.

No tocante ao gás, as reservas convencionais correspondem principalmente ao Grande Crescente. No entanto, a Bacia Atlântica tem mais de 70% das reservas de *shale gas*, o que permite projetar um potencial maior desta região para os próximos anos. Há uma década, previa-se que a Ásia-Pacífico viesse a ser o motor da demanda, enquanto a oferta seria fornecida pelo Oriente Médio. No entanto, três fatores explicam por que as projeções atuais são muito diferentes:

1. Grande aumento de oferta e produção de hidrocarbonetos não convencionais (*shale* e *tight*) [4], principalmente nos Estados Unidos.
2. Desenvolvimento de offshore (petróleo e gás): A Bacia Atlântica tem potencial para liderar este segmento. Mais de 60% da produção mundial de petróleo *offshore* sai da Bacia Atlântica e esse conjunto representa mais de 95% da produção *deep offshore*[5]. O *offshore* explica a maior parte do aumento da produção, enquanto o *on-shore* está estagnado ou em declínio. Na margem, o futuro dos combustíveis fósseis está no *offshore*. Quanto ao gás, o panorama é similar, embora exista mais concorrência da Ásia e da Austrália, e destacando-se o Atlântico Sul. A maior parte dos investimentos também são realizados na Bacia Atlântica, com forte participação do Sul.
3. Desenvolvimento de energias renováveis não convencionais: Mais de 70% da capacidade



instalada e da geração de energias renováveis correspondem à Bacia Atlântica em 2015. Nesse âmbito, as projeções não são tão positivas para essa região como no caso dos combustíveis fósseis, mas implica um desafio com muitas possibilidades. A Ásia-Pacífico tem uma crescente participação na produção de energias renováveis, embora a Bacia Atlântica continue sendo líder, com dinamismo no Sul. Destaca-se o caso dos biocombustíveis, em que a Bacia Atlântica representa mais de 85% da produção e mais de 90% do comércio.

A segunda [apresentação](#), a cargo de **Helder Queiroz Pinto Jr.**, se concentrou na indústria do petróleo e do gás natural, nos desafios e perspectivas de integração na ALC e, em especial, do Brasil.

Em primeiro lugar, abordou as mudanças nas variáveis-chave na indústria do petróleo e do gás. Assinalou que a queda do preço do petróleo desde o segundo semestre de 2014 teve impactos na demanda, nas decisões de investimentos e gerou novas colocações no comércio internacional. Em especial, destacou a mudança de posição da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) (principalmente a Arábia Saudita), que já não reduz a produção para manter o preço alto, assim como a menor demanda internacional dos Estados Unidos como consequência do desenvolvimento da sua produção de *shale* (petróleo e gás). Além disso, ressaltou a mudança nos preços relativos do gás, o que chama a atenção, porque era esperado que se tornasse uma *commodity*, com convergência de preços nos três mercados principais (GNL-Japão, Henry Hub-Estados Unidos e NBP-Reino Unido).

Em segundo lugar, concentrou-se no impacto das modificações nessas variáveis sobre a ALC, e os grandes desafios e preocupações da região face ao cenário energético.

Por um lado, foram verificadas grandes variações nos custos de exploração (p.ex. aluguel de sondas e plataformas de exploração), o que deveria mudar em um contexto de preços baixos dos hidrocarbonetos. Por outro, os custos de produção de *shale gas* são muito mais altos, mas também deveriam diminuir.

Além disso, a região está atrasada com relação a um modelo de integração e coordenação energética. Embora há 15 anos se projetasse a integração por meio da infraestrutura, principalmente com grandes linhas de transmissão e gasodutos, na atualidade se observa, pelo contrário, uma maior presença de unidades de reliquefação nos países exportadores e de regaseificação nos importadores, com um papel muito mais importante para o GNL.

Apesar de o modelo de integração pela via da infraestrutura ter avançado menos do que estava previsto, existem possibilidades e complementaridades importantes a serem aproveitadas pelos países da ALC. Por exemplo, Queiroz Pinto advertiu que não há coordenação nem intercâmbio de informações, apesar da existência de espaços geológicos com recursos que envolvem mais de um país, como na região fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Portanto, há muitas oportunidades de cooperação regional em matéria de estudos e conhecimento geológico, tecnologia, infraestrutura, contratos, externalidades (regulação ambiental e impactos sociais), produtividade de poços, logística, estruturas de custos.

Em terceiro lugar, ele fez uma descrição da indústria no Brasil e destacou o dinamismo da produção do pré-sal[6] desde o seu início em 2007, assim como sua alta produtividade, superando todas as expectativas. Cabe apontar que aqui as necessidades de investimento são elevadas porque os recursos estão em águas profundas e ultraprofundas, e também é necessário levar em conta aspectos logísticos e ambientais. Considerando-a isoladamente, a produção brasileira do pré-sal

envolve 47 poços em operação e é a quarta região produtora de petróleo na ALC (673 mil barris diários, com o máximo de 800 mil), depois da Venezuela, Brasil e Colômbia, similar à produção da Argentina (Quadro 1).

Quadro 1. Produção de Petróleo

Em milhares de bbl/d

1°	Venezuela	2.623
2°	Brasil* ¹	2.413
3°	Colômbia	1.004
4°	Pré-sal* ¹	673
5°	Argentina	656
6°	Equador	527
7°	Trinidad e Tobago	118
8°	Peru	104

Obs.: *1/ ANP – Março de 2015. Fonte: Apresentação de Helder Queiroz Pinto Jr. durante o seminário.

A produção de petróleo e gás não convencional tem grande potencial na Argentina, Colômbia, México, Venezuela e Brasil. Como existem limitações de conhecimento geológico, é importante desenvolver estudos adicionais e levar em conta que há diferenças entre os poços, razão pela qual o modelo dos Estados Unidos é difícil de ser reproduzido a curto e médio prazos; necessariamente devem ser percorridas curvas de aprendizagem particulares.

Conclui-se então que os novos preços do petróleo têm impactos microeconômicos, como a revisão de planos de investimento, e macroeconômicos, por meio de menores exportações, e nos orçamentos fiscais. Nas novas fronteiras dos hidrocarbonetos há uma concorrência interenergética mais difícil e se exigem processos de aprendizagem mais acelerados. Além disso, é preciso adaptar os instrumentos de políticas energéticas.

No caso do Brasil, a experiência tem mostrado que os ciclos de investimento são longos na indústria, e é importante que a atividade exploratória não se detenha. A dependência de fornecimento externo de gás cria oportunidades de investimento, mas exige expandir a infraestrutura de dutos de interconexão, transporte e distribuição. É preocupante a falta de um modelo específico de integração energética nos países da região, o que a afasta de um objetivo de integração possível e de ampliação de complementaridades.

A terceira [apresentação](#) foi realizada por **Nicolás Gadano**, que se concentrou primeiro na situação da energia na Argentina e depois no desafio dos recursos não convencionais.

Ele destacou que, como consequência do efeito combinado de crescimento econômico e baixos preços da energia no mercado interno (por meio de subsídios à demanda), o consumo de energia

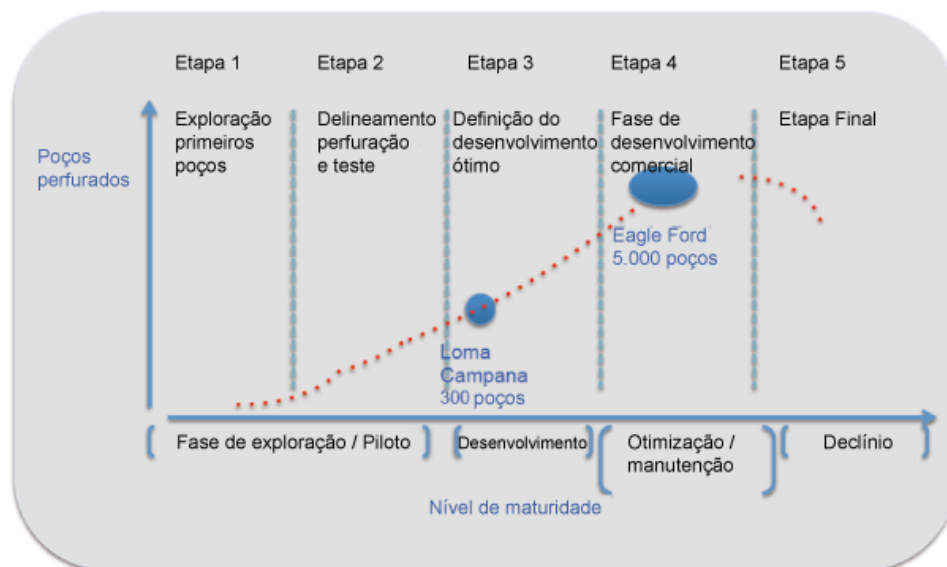


aumentou expressivamente entre 2003 e 2008, ao contrário das tendências mundiais, em que os preços mais altos dos combustíveis motivaram um uso mais eficiente da energia. Do ponto de vista das fontes primárias, a matriz energética argentina se destaca pelo elevado peso do gás natural (52% contra 10% no Brasil e menos de um terço no restante da região).[7] Esta foi uma decisão estratégica de gaseificação, a partir da descoberta das jazidas de Loma de La Lata a partir da década de 1970, gerando uma rede de gás de distribuição domiciliar e gaseificação do transporte, entre outros impactos.

Na última década, o preço do petróleo na Argentina (Medanito) foi menor do que o de referência internacional. A diferença alcançou um máximo em 2008, e a partir desse momento começou a se reduzir. Em 2015, pela primeira vez, observa-se a situação inversa devido à redução do preço internacional e ao aumento no mercado interno[8].

Em segundo lugar, Gadano referiu-se aos recursos não convencionais. Nos Estados Unidos, líder mundial no segmento, a revolução tecnológica permitiu tornar técnica e economicamente lucrativa a extração de recursos não convencionais já conhecidos. O crescimento foi muito rápido e ganhou participação no total. O novo cenário de preços baixos afeta as perspectivas dessa tecnologia. No entanto, o potencial do *shale* para a Argentina é enorme, não só pelos recursos, mas também pelas condições da indústria: os recursos estão na Bacia Neuquina (Vaca Muerta), que já está produzindo recursos convencionais, portanto já se conhece a geologia, há infraestrutura, a comunidade está habituada a isso e, principalmente, há disponibilidade de água que não entra em conflito com outras atividades produtivas. Para explorar esse potencial em recursos não convencionais, será fundamental a redução de custos de construção de poços. Vaca Muerta está localizada na província de Neuquén e tem 300 poços produtivos (em comparação com 5.000 poços em Eagle Ford), com liderança da YPF, em associação com empresas internacionais. (Esquema 1).

Esquema 1. O ciclo da exploração não convencional



Note: Esquema traduzido. Fonte: Apresentação de Nicolás Gadano durante o seminário.

Cabe apontar uma particularidade da Argentina: o domínio dos hidrocarbonetos pertence às províncias (estados), o que gera custos de negociação dentro do próprio setor público. No futuro, as novas oportunidades de exploração não serão exclusivas de Vaca Muerta e também se encontrarão em outras bacias já produtivas (onde o potencial está nas não convencionais), assim como em novas bacias (sem infraestrutura) e em bacias *offshore*, que têm potencial do ponto de vista macroeconômico por ser jurisdição do Estado Nacional.

No bloco de discussão com participação do público refletiu-se sobre a possibilidade de os Estados Unidos permitirem exportações de petróleo, o impacto do crescimento da oferta de petróleo sobre seu desenvolvimento industrial e o papel dos fatores geopolíticos e de mercado nos preços internacionais. Também foi analisado o funcionamento do modelo brasileiro em um cenário de preços baixos e o papel do marco regulatório dos países da América do Sul na falta de integração energética. Finalmente, debateu-se sobre as possibilidades do *shale* na Argentina e as regulações ambientais necessárias.

Como reflexão final, o seminário permitiu ampliar conhecimentos e discutir a agenda energética, de grande relevância no cenário atual de preços internacionais do ponto de vista global, regional e local.

A seguir, o [vídeo](#) do evento anexo.

Próximo evento da Série de Seminários Internacionais comemorativos dos 50 anos do Intal:

[“Cadeias de valor e reestruturação produtiva no novo cenário global e regional: o caso automotivo”](#)

(Buenos Aires, 22 de junho de 2015)

[1] Este texto foi elaborado pela consultora do BID Rosario Campos, com a colaboração de Romina Gayá.

[2] United Nations General Assembly. *Report of the Secretary General, 2014-2024 United Nations Decade of Sustainable Energy for All*. Nova York, 2013.

[3] Elaboradas pela British Petroleum, International Energy Agency (IEA), Energy Information Administration (EIA), International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA) e Center for Transatlantic Relations (CTR-SAIS).

[4] O petróleo e o gás *tight* são hidrocarbonetos contidos em rochas de tão baixa porosidade que não podem fluir livremente para o poço produtor. Por esse motivo, para extraí-lo é preciso usar técnicas de fratura hidráulica em vez dos métodos convencionais. No caso do *shale*, o hidrocarboneto está diretamente preso pela rocha que o contém, o que impede que migre para rochas de maior permeabilidade para poder ser produzido. Para isso, é necessário uma fratura hidráulica ainda maior do que na produção de *tight*.

[5] Poços cuja profundidade se encontra a mais de 1.000 do leito marinho.

[6] O termo pré-sal se refere a um conjunto de rochas localizadas em setores marinhos de grande parte do litoral brasileiro, com potencial para a geração e acumulação de petróleo. Foi considerado apropriado denominá-lo «pré-sal» porque forma um intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal que, em determinadas áreas da costa, atinge uma espessura de até 2.000 m. A profundidade total dessas rochas, que é a distância entre a superfície do mar e os reservatórios de petróleo abaixo da camada de sal, pode chegar a mais de 7 mil metros. Fonte: [Petrobras](#).

[7] CEPAL “Gobernanza del gas natural no convencional para el desarrollo sostenible de América Latina y el Caribe: experiencias generales y tendencias en la Argentina, el Brasil, Colombia y México”. Janeiro de 2015.

[8] O preço do petróleo na bacia na Argentina mais que dobra o internacional. No caso do gás, o preço nacional historicamente esteve abaixo do preço mais baixo do mercado internacional (Henry Hub-USA), mas hoje são semelhantes.

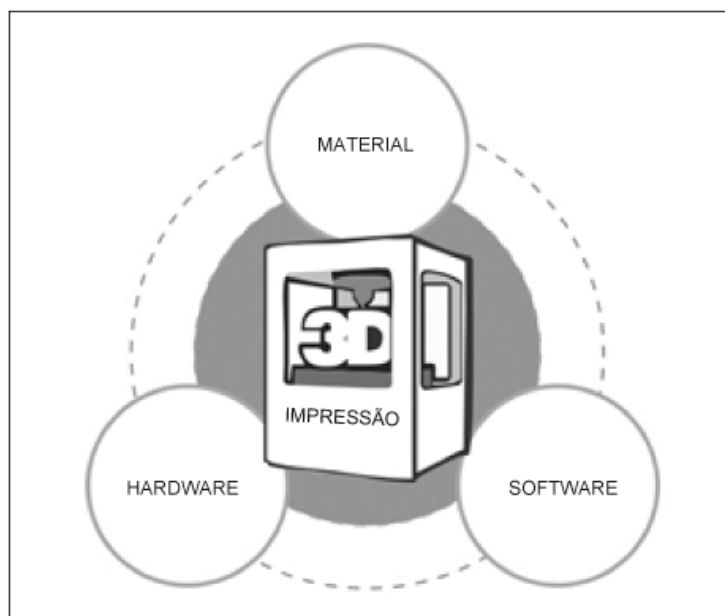


Impressão 3D. Impactos na produção e no comércio internacional

A fabricação digital ou de manufatura aditiva consiste na criação de objetos tridimensionais a partir da adição em camadas de determinados materiais (como resinas, plásticos, biomateriais, pós metálicos) com base em um arquivo digital.[1] Esse processo se contrapõe à manufatura tradicional, que parte de um material (madeira, plástico, pedra) e lhe dá forma, retirando camadas, eliminando e moldando para chegar à forma desejada (WEF, 2015). Desse modo, é possível criar produtos a partir de arquivos digitais, da mesma maneira como se imprime em papel, mas utilizando certos materiais específicos para impressoras 3D. Estas técnicas já estão sendo utilizadas em indústrias como a automotiva (para a fabricação de autopeças), a da construção (partes de edifícios), aeroespacial (partes de aviões) e a da medicina (próteses, medicamentos e, inclusive, órgãos).

Apesar de a fabricação digital ter chamado a atenção nos últimos anos, na verdade as primeiras impressoras 3D foram criadas na década de 1980 por empresas como a 3D Systems, que patenteou o processo em 1986 e é hoje uma líder do setor. A novidade é, por um lado, a caducidade de algumas patentes e, por outro, o avanço do *software* e de materiais, além do fato de o *hardware* ter ficado mais acessível (Esquema 1). Há vários tipos de impressora, das para uso doméstico de baixo custo[2] vendidas por cerca de US\$ 1.000, até as industriais, cujo valor de mercado está entre US\$ 75.000 e mais de US\$ 1 milhão. Projeções apontam que em 2025 a indústria da impressão 3D poderia ter um impacto econômico global de US\$ 230 bilhões a US\$ 500 bilhões. (MANYIKA *et al.*, 2013).

Esquema 1. Três áreas da impressão 3D



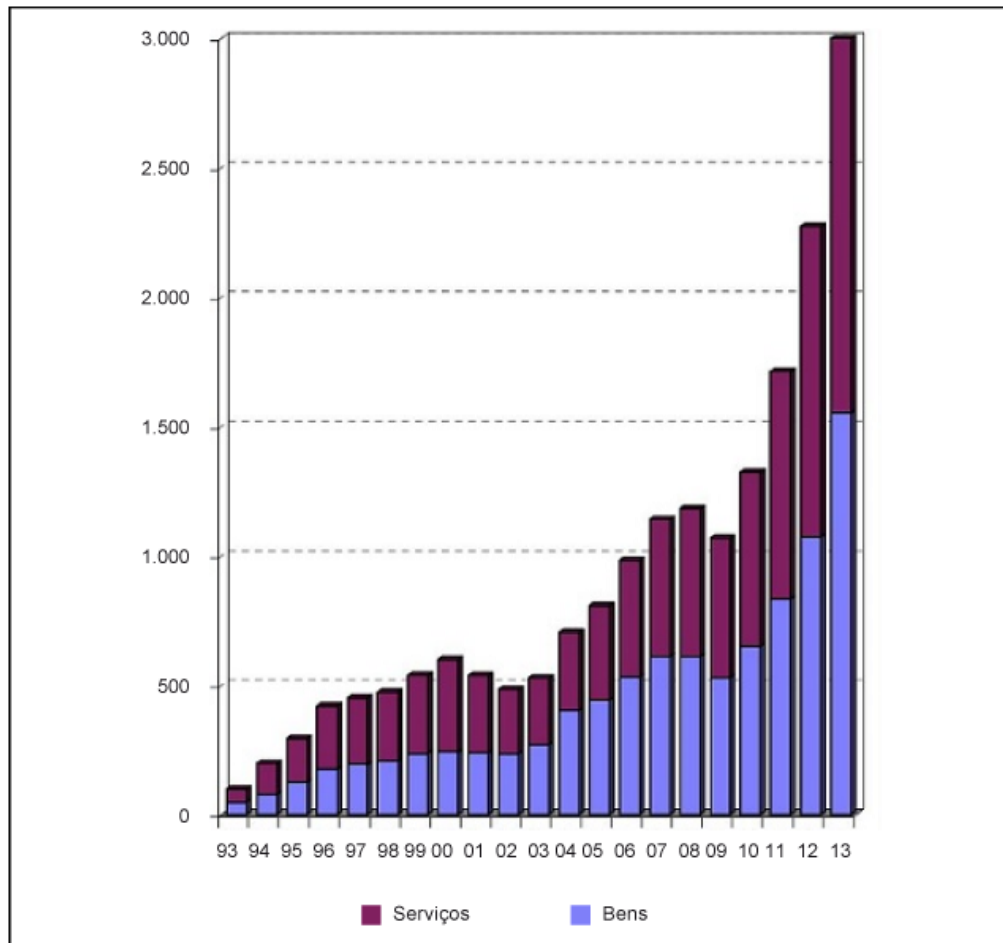
Fonte: Vazhnov (2014)

Mudanças nas maneiras de produzir, consumir e vender

A fabricação digital não só se diferencia da manufatura tradicional por ser aditiva, mas porque implica uma mudança significativa nos processos de produção, comercialização e consumo. Esta tecnologia tem um caráter disruptivo que deriva, primeiro, da digitalização de bens que costumavam ser físicos (VAZHNOV, 2014). Ou seja, passa a ser mais relevante o design dos bens do que os bens em si mesmos. Consequentemente, além de serem comercializados os bens ou suas partes, ganha relevância o intercâmbio dos arquivos digitais (Gráfico 1).

Gráfico 1. Receitas globais anuais da manufatura aditiva

Bens e serviços. Em US\$ milhões



Fonte: Wohlers Report 2014

Em segundo lugar, a impressão 3D muda a relação entre eficiência e quantidade produzida. No modelo fordista de produção, a eficiência está vinculada às economias de escala: ou seja, os custos se reduzem à medida que se aumenta a produção total e são fabricados produtos padronizados em massa. As economias de escala são especialmente relevantes em indústrias com elevados custos fixos, como a aeroespacial e a automotiva. Em oposição, na fabricação digital é possível produzir de forma eficiente em uma escala pequena. Isto poderia reduzir as barreiras de entrada em determinadas indústrias, permitindo o acesso de pequenas e médias empresas



inovadoras. Também pode favorecer o desenvolvimento de produtos por meio de protótipos, sem a necessidade de grandes investimentos em novas linhas de produção.

Em terceiro lugar, hoje são muito relevantes os canais de distribuição (o modo como o bem chega ao consumidor), as cadeias de fornecimento e a gestão de estoques na estratégia comercial das empresas. Já a impressão 3D permite prazos menores de entrega, produção sob medida e personalizada, e a fabricação de bens muito diferentes com o mesmo *hardware*. Além disso, combinada com a escanerização 3D, permite preservar ou melhorar bens existentes. Nesse âmbito, os consumidores com acesso a esta tecnologia podem passar a ser produtores ou *prosumers*, o que se identifica com uma tendência de “democratização” (ANDERSON, 2012).

Entre as visões positivas, Birtchnell e Hoyle[3] (2014) argumentam que a impressão 3D tem um enorme potencial para enfrentar problemas sociais, combater a pobreza e estimular economias em crise. Os autores sustentam que ela oferece às economias em desenvolvimento a possibilidade de serem mais autossuficientes e menos vulneráveis aos choques da economia global. Além disso, eles argumentam que as impressoras 3D de baixo custo podem contribuir para a inclusão, criando oportunidades locais de inovação para empreendedores.

Nesse sentido, a fabricação digital levará a uma mudança radical nas formas de produção e a uma nova “revolução industrial” (The Economist, 2012)? Mesmo com as dificuldades para formular previsões nesse âmbito, esta tecnologia parece ter uma grande perspectiva, e possivelmente complementar os modos de produção atuais, com processos híbridos que envolvam ambos (OMC, 2013). Sua difusão e seu alcance vão depender da velocidade de redução dos custos das impressoras 3D, dos *softwares* e dos materiais. Apesar de o *software* poder ser gratuito, baseado em código aberto, hoje os materiais necessários para a impressão 3D são de dez a cem vezes mais caros do que os insumos como os plásticos simples utilizados em processos de produção tradicional (VAZHNOV, 2014).

É importante refletir sobre algumas implicações que o avanço da impressão 3D poderia ter sobre os padrões globais de comércio.

- Poderia favorecer o comércio internacional de designs e de bens digitais em detrimento do intercâmbio de bens físicos, que perderiam relevância no sistema internacional de transporte e logística de mercadorias, reduzindo custos e esperas nas alfândegas.
- O aumento na demanda de novos materiais seria uma enorme oportunidade para os países em condições de oferecê-los.
- Como a impressão 3D fica perto ou na própria casa dos consumidores e é menos intensiva em emprego, ela poderia erodir as bases de especialização em manufaturas, especialmente a baseada em salários baixos, como é o caso da China e de outros países asiáticos ou do México e da América Central na região. Na verdade ela potencializaria a internacionalização de empresas pequenas e empreendedores focados no design de produtos. Um exemplo poderia ser a indústria de brinquedos, em que a impressão 3D tem um enorme potencial, por meio da cocriação e personalização, e utilizando um material simples como o plástico.
- Implica diversos desafios para o sistema multilateral de comércio, desde a sua medição (é mais fácil controlar bens que atravessam fronteiras do que o comércio de serviços), da alocação de direitos de propriedade até garantia da qualidade dos produtos por meio de certos padrões técnicos, sanitários, etc. Isso é particularmente relevante nos casos relacionados com a saúde (ex. próteses ou órgãos, etc.).

Suominen (2014a e 2014b) afirma que o maior risco nesse sentido é que as regras internacionais do comércio internacional e a política comercial oferecem pouca orientação a respeito e parecem estar defasadas quanto a essas inovações. No mesmo sentido, Casanueva (2015) afirma que a impressão 3D traz um desafio para a capacidade prospectiva e antecipatória do sistema multilateral de comércio e dos acordos de livre comércio, investimentos e propriedade industrial. Além disso, assinala que a impressão 3D envolve a definição de impostos aplicáveis à provisão de programas e designs até a proteção de direitos de propriedade intelectual e industrial sobre a invenção, patentes e design de arquivos digitais. Assim, retoma-se um debate sobre propriedade intelectual e patentes, iniciado com a era da internet.

O que está acontecendo na América Latina?

Os países que lideram a indústria da impressão 3D são os Estados Unidos, o Japão, Alemanha, China, Reino Unido, Itália, França e a República da Coreia. No entanto, regiões como a América Latina estão avançando nessa área (UNIDO, 2015). Sem pretender fazer uma lista representativa ou completa, mencionam-se algumas experiências em países da região:

- **Brasil.** A empresa brasileira [Robtec](#) é líder na indústria na região e presta serviços a grandes empresas automotivas e de aviação. Recentemente foi comprada pela 3D Systems, o que levou à criação da [3D Systems Latin America](#), com o objetivo de desenvolver uma plataforma estratégica para acelerar a adoção da tecnologia na região.
- **Argentina.** As empresas [Trimaker](#) e [KikaiLabs](#) são algumas das pioneiras que produzem impressoras 3D. O Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI) elabora um [mapa de atores](#) relacionados com a impressão 3D.
- **Chile.** [ThinkerThing](#) é um projeto focado principalmente nas crianças, para que possam projetar seus próprios brinquedos.
- **Colômbia.** Na [Universidade Konrad Lorenz](#) os alunos das carreiras de engenharia projetam e testam objetos utilitários e produtos comerciais.

As experiências com a impressão 3D mostram que ela tem o potencial de gerar soluções inovadoras e personalizadas em escala global e para a região. Mesmo sem considerar uma visão exageradamente otimista, para os países da América Latina constitui uma oportunidade para melhorar a inserção nas cadeias globais de valor por meio do design de bens.

Nesse sentido, aproveitando os caminhos percorridos por empresas privadas e políticas públicas, seria importante continuar promovendo o desenvolvimento dessa tecnologia e sua apropriação por parte de empreendedores e empresas de menor tamanho relativo, considerando também os aspectos regulatórios para conter possíveis riscos e efeitos negativos.

Bibliografia

ANDERSON, Chris. 2012. *Makers: The New Industrial Revolution*. Nova York: Crown Business.

BIRCHNELL, Thomas; HOYLE, William. 2014. *3D Printing for Development in the Global South: The 3D4D Challenge*. Nova York: Palgrave Macmillan.

CASANUEVA, Hector. 2014. [*La impresión 3D y 4D: ¿hacia una nueva revolución industrial?*](#) América Economía. 01 abr.

CSC LEADING EDGE FORUM (LEF). 2012. [*3D Printing and the future of manufacturing*](#). Fall.

MANYIKA, James; CHUI, Michael; BUGHIN, Jacques; DOBBS, Richard; BISSON, Peter ;MARRS, Alex. 2013. [*Disruptive technologies: Advances that will transform life, business, and the global economy*](#). Seattle: McKinsey Global Institute.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). [*World Trade Report 2013. Factors shaping the future of world trade*](#).

SUOMINEM, Kati. 2014a. [*How 3D Printing will overhaul globalization as we know it*](#). 30 ago.

----- . 2014b. [*How digital protectionism threatens to derail 21st century businesses*](#). E15 Initiative. Dez.

VAZHNOV, Andrei. [*2014. Impresión 3D. Cómo va a cambiar el mundo*](#). Instituto Baikal.

THE ECONOMIST. 2012. [*A third industrial revolution*](#). 21 abr.

UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION (UNIDO). 2015. [*Exploring advanced technologies in Latin America*](#). 19 mar.

WOHLERS ASSOCIATES. 2014. [*Wohlers Report 2014*](#).

WORLD ECONOMIC FORUM'S META-COUNCIL ON EMERGING TECHNOLOGIES. 2015. *Top ten emerging technologies of 2015*. Genebra: WEF.

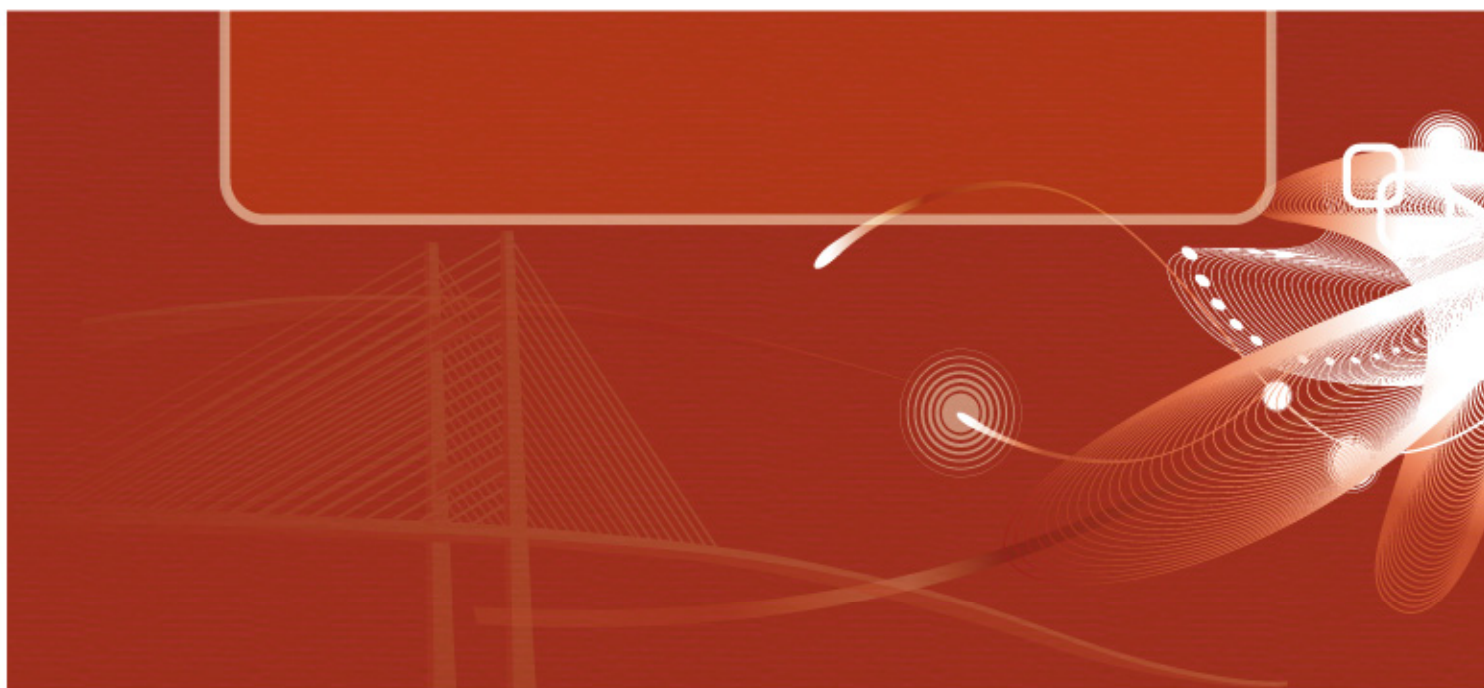
[1] Este texto foi elaborado pela consultora do BID Rosario Campos, com a colaboração de Romina Gayá.

[2] RepRap é um exemplo de impressora 3D de baixo custo e de código aberto, que permite “reproduzir a si mesma”, já que pode imprimir as partes que a formam. Outras impressoras 3D de baixo custo são Makerbot, Ultimaker, LeapFrog, 3D Touch.

[3] Hoyle é CEO da *techfortrade*, uma instituição sem fins lucrativos que busca fomentar tecnologias inovadoras para facilitar o comércio e reduzir a pobreza.



Blocos de Integração







Aliança do Pacífico

Aliança do Pacífico decide aprofundar a integração

No dia 30 de abril foi realizada no México a [13ª Reunião do Conselho de Ministros da Aliança do Pacífico](#). Os ministros das Relações Exteriores e de Comércio do Chile, Colômbia, México e Peru decidiram acelerar o processo de integração por meio da promoção de acordos de segunda geração em áreas como infraestrutura, pequenas e médias empresas, saúde, propriedade intelectual e cooperação financeira.

Além disso, de 6 a 8 de maio os ministros participaram da décima edição do [Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina](#) (WEFLA, sigla em inglês), na Riviera Maia, México. Entre os [temas tratados](#) se destacaram a identificação de oportunidades para a transformação e a prosperidade da América Latina, a promoção de reformas para fomentar o desenvolvimento do setor privado e uma nova visão para a região até 2025, baseada na inovação.

Caribe debate estratégia para futuro sustentável

De 5 a 7 de maio foi realizado em St. Augustine, Trinidad, o [1º Fórum sobre o Futuro do Caribe](#), com o objetivo de reunir líderes dos setores público e privado, de organismos internacionais e da sociedade civil para propor e debater ideias disruptivas e inovadoras que permitam construir um futuro sustentável para o Caribe. Coorganizaram o evento a *University of West Indies*, a Organização das Nações Unidas, a Commonwealth, a Comunidade do Caribe (Caricom), o Governo de Trinidad e Tobago, e a Organização dos Estados do Caribe Oriental (Oeco). Com o título *Pensamento Disruptivo: Ação Audaciosa, Resultados Práticos*,^[1] a discussão se concentrou em propor um novo âmbito de convergência e soluções inovadoras para enfrentar os desafios econômicos, sociais e ambientais que ameaçam o desenvolvimento sustentável dos países do Caribe.

Compilação de [entrevistas](#) a vários palestrantes

Fonte: ONU Trinidad e Tobago.

O encontro, que reuniu mais de 400 pessoas, contou com apresentações de 65 especialistas dos setores público e privado e acadêmicos, que expuseram as suas ideias sobre o futuro da região. A [agenda](#) foi composta de três dias e eixos de discussão:

1. Estimulando ideias radicais.
2. Repensando o futuro do Caribe.
3. Realizando ações para um desenvolvimento sustentável.

Durante o primeiro dia foi discutida a necessidade de acelerar a convergência das economias do Caribe em torno de questões centrais como a integração produtiva, a competitividade e a cooperação. Essa convergência foi identificada como a melhor maneira de dar uma resposta às dinâmicas mutantes do contexto econômico e político global. O documento [Convergência do Caribe](#), preparado por David Anyanwu para o Fórum, destaca a necessidade de estabelecer um novo paradigma de cooperação econômica e governança para o Caribe baseado em três pilares: (a) um regionalismo aberto para o Grande Caribe e o continente em geral; (b) uma ênfase maior na criação de capacidade por meio da cooperação e não só um enfoque baseado no comércio e nos mercados; (c) uma forte ênfase na integração produtiva, na competitividade e na equidade das economias do Caribe na ordem mundial. Além disso, nesse dia foram debatidas estratégias e prioridades para melhorar a resiliência dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, sigla em inglês) e houve um painel especial para debater a forma de melhorar a qualidade dos dados para a tomada de decisões no caminho rumo a um futuro mais sustentável. No segundo dia, os participantes buscaram identificar uma visão comum para o Caribe até 2050, levando em conta questões como a integração dos países no âmbito da Caricom, e com o restante da América Latina e [o papel da economia e da governança política](#) na construção de um caminho sustentável.

No terceiro e último dia, foram feitas reflexões sobre formas [inovadoras de lutar contra a pobreza e a desigualdade](#), o desenvolvimento do capital humano e estratégias para um crescimento verde.

Nas conclusões gerais do Fórum foram identificadas cinco grandes prioridades:

- a necessidade de uma visão a longo prazo sobre o caminho a seguir para os países do Caribe;
- a articulação de respostas coordenadas dentro de um espaço ampliado do Caribe (o Grande Caribe);
- maior ênfase na educação, no desenvolvimento dos talentos, no desemprego juvenil, na redução da pobreza e na criação de riqueza, com uma forte ênfase no espírito empresarial;
- a necessidade de um sistema regional para a prevenção de desastres e a ação diante emergências ambientais;
- a criação de políticas baseadas no conhecimento, na geração de dados e em pesquisas.

Acesse os [vídeos](#) e os [documentos](#) relacionados ao fórum.

[1] *Disruptive Thinking. Bold Action. Practical Outcomes.*

Caribe aprimora sistema de estatísticas

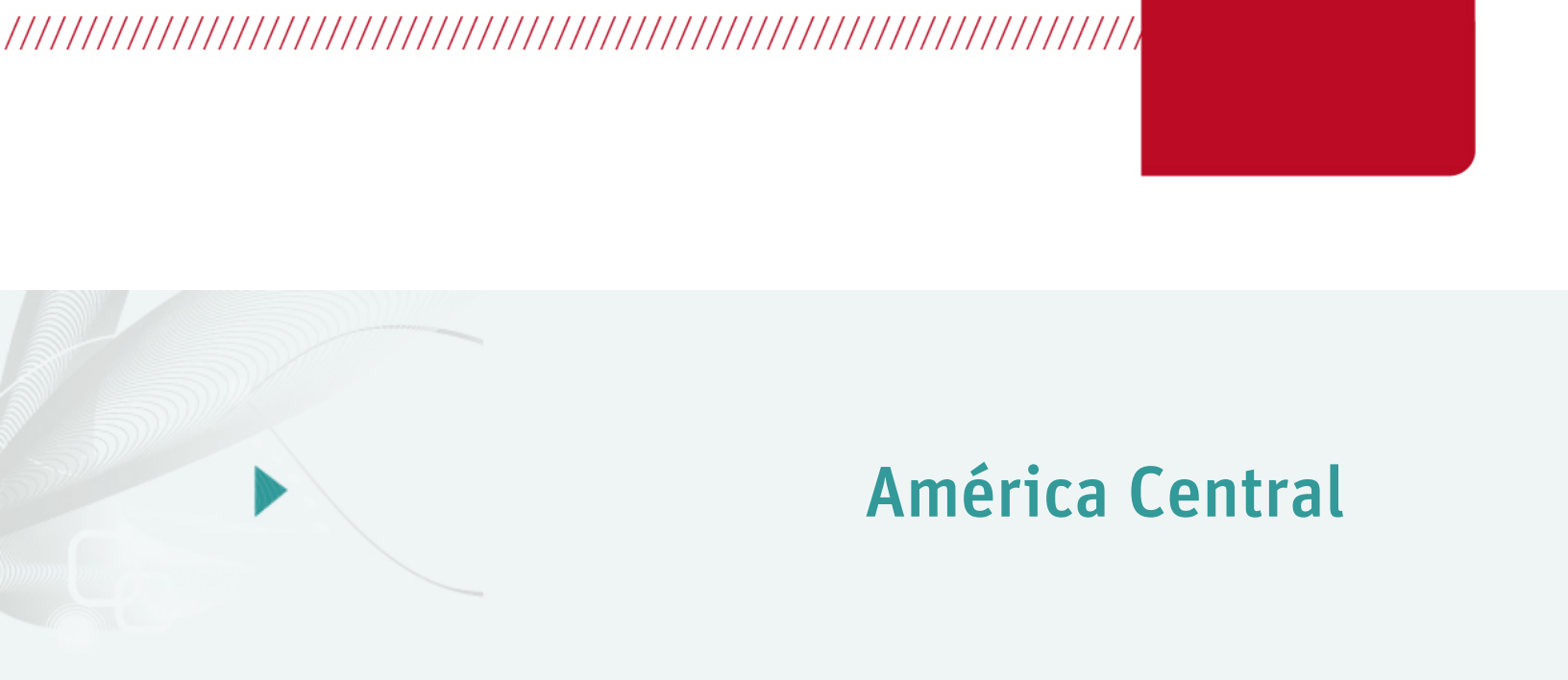
A Caricom lançou recentemente o [Projeto para a Promoção Regional de Estatísticas no Caribe \(PRASC, sigla em inglês\)](#), a fim de corrigir deficiências na coleta e na análise de indicadores socioeconômicos, e apoiar a formulação de políticas baseadas em dados.

O projeto, com duração de sete anos e orçamento de cerca de US\$ 16 milhões, conta com financiamento do governo do Canadá. Por meio do PRASC, o Instituto de Estatísticas do Canadá trabalhará com os escritórios nacionais de estatística de 14 países-membros da Caricom para desenvolver métodos e enfoques que, com o tempo, possam ser utilizados pelo sistema estatístico de todos os países do Caribe. Este tipo de melhora é relevante para o fortalecimento das ferramentas de análise para a tomada de decisões empresariais, os estudos acadêmicos e a formulação de políticas públicas.

A iniciativa apresenta quatro componentes:

- o fortalecimento dos sistemas de contas nacionais;
- a melhora das estatísticas do setor privado, por meio de pesquisas empresariais;
- a melhora das estatísticas socioeconômicas por meio da reformulação das pesquisas domiciliares;
- o fortalecimento do intercâmbio de informações estatísticas tanto nacional como regionalmente.

O objetivo é obter um sistema integral de estatísticas que permita preencher lacunas fundamentais para a tomada de decisões em áreas como desenvolvimento econômico, pobreza, saúde, educação e migração.



América Central

América Central aprova facilitação de comércio regional

No âmbito da 2ª Rodada da União Alfandegária da América Central foi realizada, no dia 24 de abril, a Reunião do Conselho de Ministros de Integração Econômica Centro-Americana (Comieco), em que foram aprovadas três resoluções que visam facilitar o comércio regional e beneficiar o mercado de consumidores centro-americanos:

- Foi autorizado o Cronograma para a Implementação dos Estudos de Eliminação de Resíduos de Antibióticos em Animais para Consumo Humano, contemplados no Regulamento Técnico Centro-Americano (RTCA) de Medicamentos Veterinários. O objetivo é beneficiar a saúde dos consumidores ao levar ao mercado produtos sem resíduos de medicamentos.
- Foi assinado o RTCA de Produtos Lácteos, que estabelece as exigências para que estes produtos sejam comercializados na região centro-americana.
- Foi alterada a categoria para a cebola em pó, o que facilita o comércio do produto, já que este apresenta um risco sanitário menor do que o da cebola fresca.

Participaram da reunião o ministro de Fomento, Indústria e Comércio da Nicarágua e os vice-ministros da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá.

Além disso, os membros do Comieco também se reuniram com representantes do setor privado que fazem parte do Conselho Consultivo de Integração Econômica (CCIE) para discutir questões ligadas às travessias fronteiriças do corredor logístico centro-americano, entre elas as maneiras de combater o contrabando de bens.

Cooperação alfandegária com a República da Coreia

A Secretaria de Integração Econômica Centro-Americana (Sieca) assinou um Memorando de Entendimento de cooperação mútua no sistema alfandegário com a República da Coreia. Assim, o serviço alfandegário do país asiático capacitará os membros da Sieca (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá) para usar o sistema de gestão alfandegária coreano.

Texto sobre o assunto:

- BID-INTAL. [“Integração Centro-Americana: 2ª Rodada de negociações da União Alfandegária e Reunião do Comieco”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 219*, novembro de 2014.

Guatemala e Honduras avançam na implementação da União Alfandegária

Nos dias 15 e 16 de abril passado, mais de 60 funcionários dos governos da Guatemala e de Honduras se reuniram para avançar no desenvolvimento do “[Plano de Implementação da União Alfandegária entre a Guatemala e Honduras](#)”. O [Acordo para a União Alfandegária](#) foi assinado entre os presidentes dos dois países em 27 de fevereiro deste ano e tem como objetivo tornar mais dinâmicos os setores produtivos de ambos.

Como foi destacado na [Carta Mensal Intal N° 222](#), o Plano para a União Alfandegária se desenvolve em três eixos. Primeiro, aborda o livre trânsito de mercadorias a partir de 1º de dezembro de 2015. Para isso estão sendo estabelecidos os postos integrados nas fronteiras de Agua Caliente (entre Chiquimula, na Guatemala, e Ocotepeque, em Honduras) e El Florido (entre Chiquimula, na Guatemala, e Copán, em Honduras), a partir de 1º de junho, e a posterior integração de todos os postos fronteiriços, em dezembro.

O segundo eixo diz respeito à modernização e à convergência normativa em questões alfandegárias, de impostos internos, medidas sanitárias e fitossanitárias, migração e tarifas. O terceiro estabelece que se trabalhará para um desenvolvimento institucional conjunto, que incluirá o estabelecimento de um fundo estrutural para dar sustentabilidade econômica ao processo de união alfandegária entre ambos os países.

Texto sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Guatemala El Salvador e Honduras avançam para a União Alfandegária](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N° 222*, fevereiro de 2015.



Comunidade Andina

Compromissos de negócios do Encontro Empresarial Andino

Nos dias 29 e 30 de abril foi realizado o [4º Encontro Empresarial Andino](#), em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, com a participação de mais de 400 empresários desse país e da Colômbia, Equador, Peru e Espanha, este último como convidado. O evento foi organizado pela Secretaria-Geral da Comunidade Andina e pelas agências de promoção de exportações dos seus quatro países-membros, além de contar com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

Durante o encontro, que tem como objetivo fortalecer o comércio intrarregional e apoiar a internacionalização das pequenas e médias empresas (PMEs) dos países-membros, foram definidos compromissos de negócios no valor de mais de US\$ 50 milhões.[1] Os setores com mais expectativas de negócios são: alimentício, têxtil e de confecções, de materiais de construção e metalmecânica.

[1] Ver: Comunidade Andina de Nações (CAN). “[Con compromisos de negocios por más de 50 millones de dólares culminó IV Encuentro Empresarial Andino en Bolivia](#)”, Release: 1º de maio e 2015.

Integração física domina as agendas bilaterais

Em maio foram realizados dois encontros bilaterais de alto nível entre membros do Mercosul: a reunião dos presidentes do Brasil e do Uruguai; e o encontro dos ministros das Relações Exteriores do Uruguai e do Paraguai.

Brasil-Uruguai

A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, recebeu no dia 21 de maio em Brasília o presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, e seus ministros das Relações Exteriores, da Economia e das Finanças, e da Indústria, Energia e Mineração.

Em termos de comércio bilateral, serão exploradas áreas para promover a **integração produtiva** bilateral nos setores naval, automotivo e energético.

Com relação à agenda externa do bloco, os chefes de Estado definiram como prioridade para 2015 a assinatura do **acordo de associação com a União Europeia** (UE), cujas negociações começaram em 1995 com um acordo-quadro entre os dois blocos. Para isso, eles vão oferecer à UE a apresentação simultânea de propostas, e também destacaram a necessidade de flexibilizar os mecanismos de negociação, para que cada país possa avançar em um ritmo diferente. Até o momento, os países do Mercosul negociaram em conjunto com os seus sócios extrarregionais, já que contam com uma tarifa externa comum, o que é próprio das uniões alfandegárias.

Em matéria de **infraestrutura de energia e integração física**, os presidentes do Brasil e do Uruguai ressaltaram os esforços por fortalecer o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) e destacaram a próxima conclusão da linha de transmissão energética entre Candiota e San Carlos para integrar os sistemas elétricos de ambos os países, que contou com financiamento do Focem, assim como a associação da Eletrobras com a UTE, a companhia elétrica uruguaia, para construir um parque eólico no Uruguai. Além disso, anunciaram a próxima licitação para a construção de duas pontes sobre o rio Yaguarón, ao mesmo tempo que será restaurada a ponte internacional Barão de Mauá, que potencializará o comércio e o turismo entre os dois países.



Dilma Rousseff e Tabaré Vázquez apresentam balanço da cooperação entre Brasil e Uruguai

Fonte: Presidência do Brasil.

Paraguai e Uruguai

O ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, se reuniu no Paraguai com o presidente do país, Horacio Cartes, e seu par Eladio Loizaga. Os dois chanceleres destacaram os avanços no âmbito do Grupo de Alto Nível (GAN) Paraguai-Uruguai e reafirmaram o compromisso de continuar fortalecendo os vínculos bilaterais.

Dando continuidade aos encontros anteriores de representantes dos dois países, foram abordados o estímulo à participação do Paraguai nos **portos** de Montevideu e Nueva Palmira e a importância de convocar reuniões para discutir os **mecanismos de cooperação** dos quais o Uruguai e o Paraguai participam, como o Comitê Intergovernamental da Hidrovia (CIH), o bloco Urupabol e o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC).

Na área de **energia**, foi decidida a criação de uma Comissão Bilateral para analisar a possibilidade de o governo do Uruguai comprar energia da Central Hidrelétrica Aracay.

Além disso, os dois países destacaram a importância estratégica do Mercosul e da Unasul e decidiram realizar durante os próximos meses uma série de encontros bilaterais sobre comércio e investimentos, questões culturais e outros assuntos do interesse de ambos.

Acordos entre Argentina e Rússia

A Argentina e a Rússia assinaram uma série de acordos bilaterais no âmbito da [reunião](#) que os presidentes de ambos os países tiveram em Moscou, no dia 23 de abril passado.

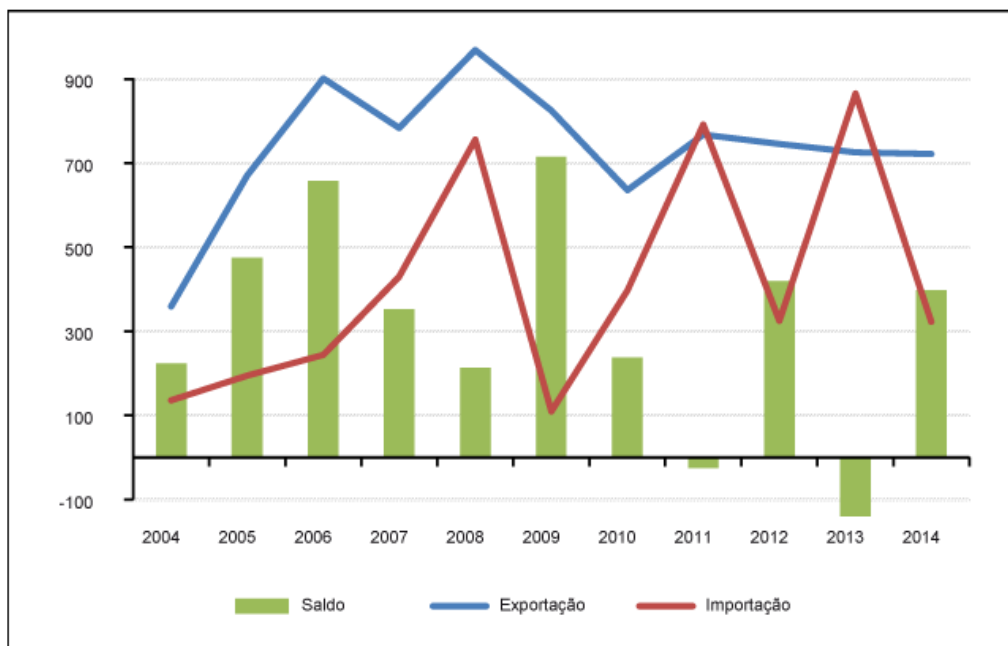
Destacam-se o convênio para a construção conjunta da represa Chihuido 1, na província argentina de Neuquén, e de uma central nuclear, o acordo entre a petroleira argentina YPF e a companhia de gás russa Gazprom, e os pactos de cooperação sobre pesquisas científicas e fornecimento de urânio metálico, agricultura, defesa e cultura. Além disso, os dois países analisarão instrumentos para favorecer o intercâmbio em moedas locais.

A Rússia é o destino de apenas 1,1% das exportações argentinas e fonte de 0,5% das importações do país.[1] A Argentina, por sua vez, absorve somente 0,07% das vendas externas russas e é a origem de 0,35% das compras no exterior.[2]

Durante a última década, o intercâmbio bilateral foi inconstante e geralmente superavitário para a Argentina, como se observa no Gráfico 1. Depois de atingir seu recorde em 2008, as exportações argentinas para a Rússia caíram no contexto da crise internacional, depois se recuperaram, mas continuam estagnadas. Em 2014 somaram US\$ 721,7 milhões, mais de 25% abaixo do total de 2008. As importações da Rússia (US\$ 323,1 milhões em 2014) sofreram grandes oscilações ao longo dos últimos dez anos, refletindo variações significativas nos preços e quantidades importadas de petróleo (41,3% do total). Outros produtos relevantes nas importações argentinas de origem russa são adubos e fertilizantes.

Gráfico 1. Evolução do comércio da Argentina com a Rússia

Milhões de US\$



Fonte: DataIntal.

Nas vendas argentinas para a Rússia predominam os alimentos, com destaque para produtos lácteos, frutas e carnes. Deve-se mencionar que as exportações de maçãs, peras e marmelos frescos (12% do total) despencaram recentemente em função da depreciação da moeda russa, o rublo. O mercado russo é muito relevante para esse setor na Argentina, já que representa mais de 17% do total das vendas. Além da conjuntura ruim, o setor sofre uma crise grave devido à queda dos preços e à redução da demanda dos seus principais compradores (além da Rússia, o Brasil e a UE) por questões sanitárias, cambiais e de pouco crescimento econômico.

Quadro 1. Composição do comércio da Argentina com a Rússia

Em % do total. Dados de 2014

Exportações		Importações	
Queijos e requeijão	13,1%	Petróleo	41,3%
Maçãs, peras e marmelos frescos	12,3%	Adubos minerais químicos ou nitrogenados	19,5%
Miudezas animais	11,4%	Fertilizantes	18,9%
Carne bovina congelada	10,7%	Borracha sintética	5,2%
Cítricos frescos ou secos	8,1%	Enxofre	2,7%
Demais itens	44,4%	Demais itens	12,4%

Fonte: DataIntal.

[1] Dados de 2014. Fonte: DataIntal.

[2] Dados de 2013. Fonte: Comtrade.

Atualização da Carteira de Projetos do Cosiplan e da API

O Cosiplan[1] faz o trabalho de atualização da sua [Carteira de Projetos](#)[2] e da [Agenda de Projetos Prioritários de Integração \(API\)](#) [3] pelo [Eixo de Integração e Desenvolvimento](#) durante maio e junho. Essas atividades são realizadas em reuniões virtuais com o objetivo de promover a participação das equipes técnicas das áreas de governo envolvidas nas diversas etapas de desenvolvimento dos projetos.

Os principais focos do trabalho em 2015 consistem em:

- Revisar os projetos que se encontram na etapa de perfil desde antes de 2011.[4]
- Revisar os projetos com data de atualização das informações anterior a 2013.
- Revisar os projetos que contam com fichas incompletas.
- Revisar os projetos do subsetor Passagens de Fronteira e seus projetos relacionados.
- Analisar as informações dos projetos concluídos.
- Analisar propostas de entradas e saídas de projetos e dos que precisarem de revisões específicas.

As reuniões serão realizadas de acordo com o seguinte calendário:

Quadro 1. Calendário de reuniões por Eixo de Integração e Desenvolvimento

Data	EIXO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PAÍSES
26-mai	Eixo Andino	Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela
28-mai	Eixo Mercosul-Chile	Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai
02-jun	Eixos Interoceânico Central e Peru-Brasil-Bolívia	Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru
16-jun	Eixos de Capricórnio e do Sul	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Paraguai
18-jun	Eixo do Amazonas	Brasil, Colômbia, Equador e Peru
22-jun	Eixo do Escudo das Guianas	Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela
24-jun	Eixo Hidrovia Paraguai-Paraná	Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai

Os resultados destes trabalhos estarão refletidos no [Sistema de Informação de Projetos do Cosiplan \(SIP\)](#) e serão compilados nos relatórios anuais da Carteira de Projetos e da API que serão apresentados durante a 6ª Reunião Ordinária de Ministros do Cosiplan, que será realizada em 3 de dezembro próximo em Montevidéu, Uruguai.

Algumas características da Carteira e da API

Em dezembro de 2014 a Carteira de Projetos do Cosiplan era formada por 579 projetos de transporte, energia e comunicações, com um investimento estimado de US\$ 163,3245 bilhões. Contava com nove Eixos de Integração e Desenvolvimento e 48 Grupos de Projetos.

Nessa mesma data, a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) era formada por 31 projetos estruturados e 100 projetos individuais, com um investimento estimado de US\$ 21,1726 bilhões, distribuídos em oito Eixos de Integração e Desenvolvimento.

A informação sistematizada dos projetos do Cosiplan se encontra disponível no Sistema de Informação de Projetos (SIP), que é a principal ferramenta de apoio ao planejamento e à análise da infraestrutura de integração. As informações contidas nas fichas dos projetos são atualizadas por um responsável designado pelo país ou pelos países envolvidos no mesmo.

A conformação original da Carteira de Projetos ocorreu em 2004, e foi passando por sucessivas atualizações, como resultado do aprofundamento do processo de planejamento territorial. Em 2010 foi realizado o último exercício de atualização no âmbito da IIRSA por meio de reuniões de Grupos Técnicos Executivos (GTEs) de todos os Eixos de Integração e Desenvolvimento. Desde 2011, essas reuniões de atualização são realizadas anualmente como parte do Plano de Trabalho do Cosiplan-IIRSA.

Quadro 2. Número de projetos e investimento estimado 2004-2014

Ano	Número de Projetos	Investimento Estimado (US\$ milhões)
2004	335	37,4248
2007	349	60,5226
2008	514	69,00
2009	510	74,5423
2010	524	96,1192
2011	531	116,1206
2012	544	130,1391
2013	583	157,7305
2014	579	163,3245

Fonte: Relatório da Carteira de Projetos do Cosiplan 2014.

Como se observa no Quadro 2, entre 2004 e 2014 a Carteira de Projetos do Cosiplan se ampliou mais de 72%, em número de projetos, e o investimento total estimado aumentou mais de quatro vezes. Os países da região continuam proativamente identificando e priorizando projetos de integração estratégicos, aplicando para isso as metodologias e ferramentas de planejamento territorial desenvolvidas no âmbito do Cosiplan para acordar projetos de infraestrutura que contribuam para o desenvolvimento sustentável da América do Sul.

- [1] O [Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento \(Cosiplan\)](#) é o âmbito de discussão política e estratégica para implementar a integração da infraestrutura regional dos países-membros da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Os planos de trabalho anuais do Conselho se baseiam no [Plano de Ação Estratégico 2012-2022 \(PAE\)](#), projetados e aprovado em 2011, que estrutura as linhas estratégicas do trabalho do Conselho por dez anos. A [Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana \(IIRSA\)](#) é o Fórum Técnico para o planejamento da integração física regional sul-americana do Cosiplan.
- [2] A formação da Carteira de Projetos foi possível a partir do desenvolvimento e da aplicação da [Metodologia de Planejamento Territorial Indicativa](#). Esta metodologia parte da identificação dos Eixos de Integração e Desenvolvimento, os quais organizam o território sul-americano e organizam a Carteira de Projetos. A aplicação desta metodologia foi realizada por meio das reuniões dos Grupos Técnicos Executivos (GTEs) com um esquema de trabalho participativo dos 12 países.
- [3] A API consiste em um subconjunto de projetos da Carteira agrupados em 31 projetos estruturados, de caráter estratégico e de alto impacto para a integração física e o desenvolvimento socioeconômico regional. Seu objetivo é promover a conectividade da região a partir da construção e operação eficiente da infraestrutura, atendendo a critérios de desenvolvimento social e econômico sustentável, preservando o meio ambiente e o equilíbrio dos ecossistemas.
- [4] As etapas do ciclo de vida dos projetos acordadas pelos países do Cosiplan são as seguintes: 1) **Perfil**: são estudados os antecedentes que permitem formar opinião a respeito da conveniência e viabilidade técnico-econômica de realizar a ideia do projeto; 2) **Pré-Execução**: são incluídos os projetos que se encontram nas seguintes fases: pré-factibilidade, factibilidade e investimento; 3) **Execução**: refere-se ao conjunto de atividades necessárias para a construção física em si mesma, como a assinatura do contrato, a compra e instalação de maquinarias e equipamentos, e instalações várias; 4) **Concluído**: refere-se à finalização da construção da obra física na sua totalidade.

Novo encontro entre Argentina e Chile para aprofundar a integração regional

No dia 15 de maio realizaram-se em Santiago, Chile, a 7ª Reunião Binacional de Ministros da Argentina e do Chile, a 5ª Reunião de Governadores e Prefeitos da Fronteira Comum e a 20ª Comissão Parlamentar Conjunta Argentino-Chilena. Durante os encontros foi analisada a situação dos principais assuntos na relação entre os dois Estados, que se encerraram com a assinatura de uma série de acordos setoriais[1] e com a formação de um Grupo de Reflexão e Prospecção Binacional para identificar os pontos que definirão a agenda bilateral a médio e longo prazos. O acordo sobre controles integrados de fronteiras entrará em vigor em junho de 2015. Foi aprovado um programa quinquenal de investimentos nas passagens fronteiriças.

[A Reunião de Ministros da Argentina e do Chile](#) foi instituída pelo Tratado de Maipú, de Integração e Cooperação de 2009, e se tornou um dos mecanismos institucionais mais importantes da relação bilateral. É o fórum de mais alto nível político depois das reuniões presidenciais e lá são tratados todos os temas da agenda bilateral, com ênfase especial na integração física, na circulação de pessoas, energia, defesa, segurança, transporte terrestre, integração minerária, telecomunicações, entre outros.

Os temas bilaterais presentes na Carteira de Projetos do Cosiplan

No tocante à integração física, foram abordadas questões de conectividade e facilitação fronteiriça de várias passagens de fronteira incluídas na agenda do Cosiplan.

1) Cristo Redentor

Avançou-se em direção a um novo Sistema de Controle Migratório Simplificado, sendo o Cristo Redentor uma das passagens prioritárias para sua implementação. Foi elaborado um protocolo complementar ao Tratado de Maipú para a criação de um Ente Binacional para a Passagem Cristo Redentor (Ebicred). Foi informada a aprovação de uma cooperação técnica não reembolsável do BID para avançar com o Sistema de Controle Integrado da passagem. Destacaram-se os progressos realizados pela Mesa Técnica do Túnel Caracoles, e manifestou-se a importância de avançar com os trabalhos da Entidade Binacional para o projeto Túnel de Baixa Altura – Ferrovia Trasandina Central (Ebitefra).

O projeto [Otimização do Sistema Passagem de Fronteira Cristo Redentor](#) pertence à Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API)[2] do Cosiplan e inclui cinco projetos específicos. O [Projeto Ferroviário Los Andes \(Chile\) - Mendoza \(Argentina\) \(Ferrocaril Trasandino Central\)](#) faz parte da Carteira do Cosiplan.

2) Las Leñas

Foi redigido o protocolo complementar ao Tratado de Maipú para a criação da Entidade Binacional para o Projeto Túnel de Baixa Altura – Passagem Las Leñas (Ebileñas), pendente de ratificação pelos Congressos dos dois países. Informou-se sobre a finalização do estudo de pré-viabilidade do túnel e das obras complementares do lado chileno, assim como a criação de editais para licitar a

construção e pavimentação da Rodovia Estadual Nº220 El Sosneado-Boca do Túnel do lado argentino.

O projeto [Túnel Binacional Las Leñas](#) pertence à Carteira de Projetos do Cosiplan.

3) Pehuenche

Foram informados os progressos realizados na Rodovia Nacional Nº145 e a apresentação, no final de junho, do anteprojeto de uma linha elétrica entre Bardas Blancas – Fronteira Internacional Hito Pehuenche e do Edifício Complexo Único de Controle Integrado.

O [Grupo de Projetos 6 “Pehuenche” do Eixo Mercosul-Chile](#) da Carteira do Cosiplan inclui 14 projetos dos dois países com o propósito de oferecer alternativas de conectividade e serviços associados aos fluxos de bens e serviços, e dinamizar o desenvolvimento intrarregional.

4) Água Negra

Foram informados os avanços alcançados pela Entidade Binacional Túnel de Água Negra (Ebitan). Será feita a convocação para a licitação internacional para a concretização da obra quando o 2º Protocolo Complementar for ratificado pelo Parlamento chileno.

O projeto [Túnel Binacional Água Negra](#) pertence à Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) do Cosiplan. Os dois países estão formulando um [Programa Territorial de Integração \(PTI\)](#) associado ao projeto que permitirá contar com um programa de investimentos e ações complementares à execução do túnel e minimizar os seus impactos. A finalização e apresentação do PTI estão previstas para agosto de 2015, em um workshop binacional a ser realizado em San Juan, Argentina[3].

Nas reuniões bilaterais foram analisadas outras passagens que contam com projetos na Carteira do Cosiplan: Sico, San Francisco, Pircas Negras, Mamuil Malal, Pino Hachado, Cardenal Samoré e Hua Hum.

Quadro 1. Passagens de Fronteira e seus Projetos na Carteira do Cosiplan

PASSAGEM FRONTEIRIÇA	CARTEIRA DE PROJETOS DO COSIPLAN
Sico Província de Salta (AR) – 2ª Região de Antofagasta (CH) Eixo de Capricórnio Cosiplan	CAP75 PAVIMENTAÇÃO SICO - CASS - SAN PEDRO DE ATACAMA (RODOVIA NACIONAL CH-23) CAP78 PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA NACIONAL Nº 51: CAMPO QUIJANO - PASSAGEM DE SICO
San Francisco Província de Catamarca (AR) – Região de	CAP72 COMPLEXO DE CONTROLE INTEGRADO COM CABECEIRA ÚNICA PASSAGEM SAN FRANCISCO

Atacama (CH) Eixo de Capricórnio Cosiplan	CAP73 CONEXÃO COMPLEXO MARICUNGA (SAN FRANCISCO – FRONTEIRA INTERNACIONAL) RODOVIA NACIONAL CH-31 CAP82 CONSTRUÇÃO DE PORTO SECO E CENTRO DE SERVIÇOS TINOGASTA
Pircas Negras Província de La Rioja (AR) – Região de Atacama (CH) Eixo de Capricórnio Cosiplan	CAP76 MELHORIA DA RODOVIA NACIONAL CH-33: COPIAPÓ - PIRCAS NEGRAS CAP77/MCC108 PASSAGEM DE FRONTEIRA PIRCAS NEGRAS MCC95 PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA NACIONAL Nº 76: VINCHINA - PASSAGEM DE PIRCAS NEGRAS, PROVÍNCIA DE LA RIOJA
Água Negra Província de San Juan (AR) – Região de Coquimbo (CH) Eixo Mercosul-Chile Cosiplan	MCC94 PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA NACIONAL Nº 150: TRECHO ISCHIGUALASTO – FRONTEIRA COM O CHILE (PASSAGEM ÁGUA NEGRA) MCC110 TÚNEL BINACIONAL DE ÁGUA NEGRA MCC112 MELHORIA DA RODOVIA NACIONAL Nº CH-41 – PASSAGEM DE ÁGUA NEGRA
Pehuenche Província de Mendoza (AR) – Região do Maule (CH) Eixo Mercosul-Chile Cosiplan	MCC35 IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE INTEGRADO COM CABECEIRA ÚNICA PASSAGEM PEHUENCHE MCC37 PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA NACIONAL Nº 145: ENTRONCAMENTO COM A RODOVIA NACIONAL Nº 40 SUL - ACESSO À PASSAGEM PEHUENCHE MCC47 PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO PONTE ARMERILLO - PASSAGEM PEHUENCHE (RODOVIA CH-115) MCC161 PROJETO EXECUTIVO LINHA AÉREA DE MÉDIA TENSÃO EM 33 KV E FIBRA ÓTICA ENTRE BARDAS BLANCAS E A PASSAGEM PEHUENCHE
Las Leñas Província de Mendoza (AR) - Região do Libertador General Bernardo O'Higgins (CH) Eixo Mercosul-Chile Cosiplan	MCC135 PAVIMENTAÇÃO CAMINO RANCAGUA - COYA. PASSAGEM LAS LEÑAS MCC136 TÚNEL BINACIONAL LAS LEÑAS

Cristo Redentor Província de Mendoza (AR) – Região de Valparaíso (CH) Eixo Mercosul-Chile Cosiplan	<u>MCC33 PROJETO FERROVIÁRIO LOS ANDES (CHILE) - MENDOZA (ARGENTINA) (FERROVIA TRASANDINA CENTRAL)</u> <u>MCC39 REPAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA NACIONAL Nº 7 POTRERILLOS – FRONTEIRA COM O CHILE</u> <u>MCC45 RODOVIA INTERNACIONAL CH-60 (TRECHO VALPARAÍSO - LOS ANDES)</u> <u>MCC48 PORTO TERRESTRE LOS SAUCES (LOS ANDES)</u> <u>MCC151 CENTRO ÚNICO DE CONTROLE DE CARGAS DE USPALLATA (OTIMIZAÇÃO SISTEMA CRISTO REDENTOR)</u> <u>MCC152 CENTRO DE CONTROLE DE PASSAGEIROS DE LOS HORCONES (OTIMIZAÇÃO SISTEMA CRISTO REDENTOR)</u> <u>MCC153 NOVO COMPLEXO FRONTEIRIÇO LOS LIBERTADORES (OTIMIZAÇÃO SISTEMA CRISTO REDENTOR)</u> <u>MCC154 REMODELAÇÃO TÚNEL CRISTO REDENTOR E CARACOLES (OTIMIZAÇÃO SISTEMA CRISTO REDENTOR)</u> <u>MCC155 SISTEMA BINACIONAL DE CONTROLE DE GESTÃO DA PASSAGEM CRISTO REDENTOR (OTIMIZAÇÃO SISTEMA CRISTO REDENTOR)</u>
Pino Hachado Província de Neuquén (AR) – Região da Araucania (CH) Eixo do Sul Cosiplan	<u>DES01 IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE INTEGRADO DE FRONTEIRA EM PINO HACHADO</u> <u>DES11 PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO ATÉ A FRONTEIRA COM A ARGENTINA. ACESSO A PINO HACHADO RODOVIA CH-181</u> <u>DES13 REPARAÇÃO DO TÚNEL LAS RAÍZES</u>

	DES24 FERROVIA DE ZAPALA A LAS LAJAS – FRONTEIRA COM O CHILE
Mamuil Malal Província de Neuquén (AR) – Região da Araucania (CH) Eixo do Sul Cosiplan	DES20 MELHORIA DO ACESSO À PASSAGEM TROMEN - MAMUIL MALAL
Cardenal Samoré Província de Neuquén (AR) – Região dos Lagos (CH) Eixo do Sul Cosiplan	DES16 ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DA RODOVIA INTERLAGOS NO CHILE DES17 IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE INTEGRADO DA PASSAGEM DE FRONTEIRA CARDENAL SAMORÉ DES18 ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DA RODOVIA INTERLAGOS NA ARGENTINA
Hua Hum Província de Neuquén (AR) – Região dos Lagos (CH) Eixo do Sul Cosiplan	DES21 MELHORIA DO ACESSO À PASSAGEM HUA HUM DES28 CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO FRONTEIRIÇO HUA HUM

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[O Tratado de Maipú entre o Chile e a Argentina](#)”; em: *Carta Mensal INTAL Nº 159*, outubro de 2009.
- BID-INTAL. “[Argentina e Chile relançam Tratado de Maipú](#)”; em: *Carta Mensal INTAL Nº 213*, maio de 2014.
- BID-INTAL. “[Protocolos complementares ao Tratado de Maipú Argentina-Chile](#)”; em: *Carta Mensal INTAL Nº 221*, janeiro de 2015.

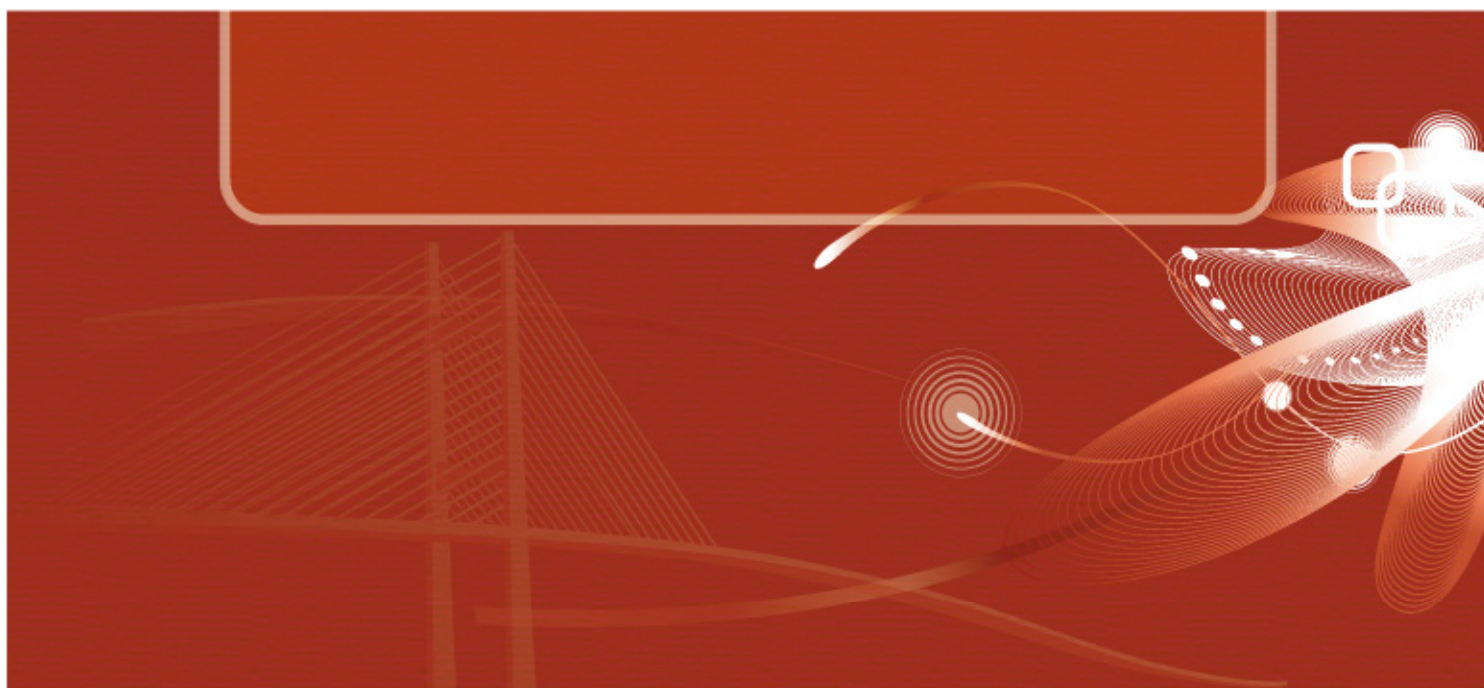
[1] Para ver os acordos e declarações assinados, acesse o seguinte [link](#).

[2] A API consiste em um subconjunto de projetos da Carteira agrupados em 31 projetos estruturados, de caráter estratégico e de alto impacto para a integração física e o desenvolvimento socioeconômico regional. Seu objetivo é promover a conectividade da região a partir da construção e operação eficiente da infraestrutura, atendendo critérios de desenvolvimento social e econômico sustentável, preservando o meio ambiente e o equilíbrio dos ecossistemas ([link](#))

[3] *Veja Carta Mensal INTAL Nº223* ([link](#))



Panorana Regional e Global





Progridem as negociações da Ásia-Pacífico

Durante a [visita oficial](#) aos Estados Unidos, no dia 28 de abril, o chefe de governo japonês se reuniu com o presidente americano e ambos reafirmaram em Washington seu compromisso para chegar a uma conclusão rápida e bem-sucedida do Acordo de Associação Transpacífico (TPP, sigla em inglês). Nas reuniões realizadas em Maryland, Estados Unidos, de 23 a 26 de abril, os negociadores do TPP avançaram em questões como propriedade intelectual, regras de origem, investimentos e têxteis.

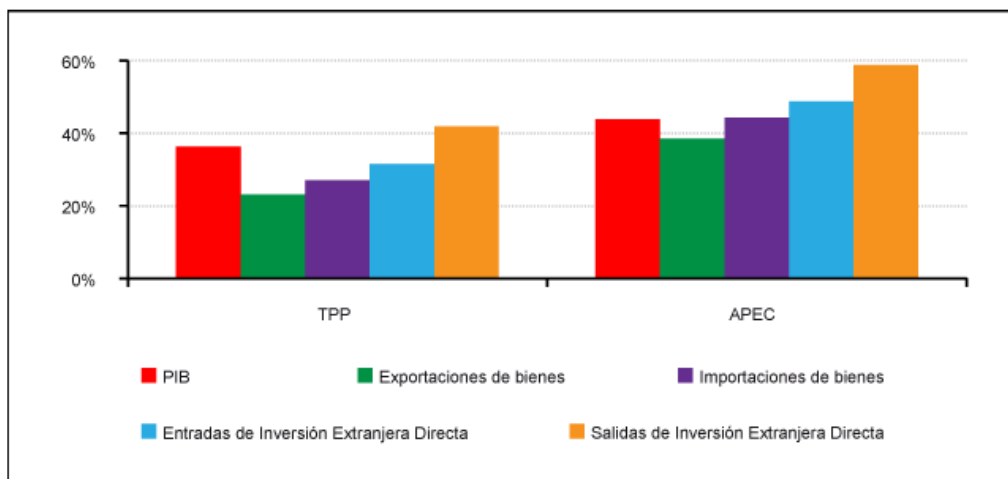
De 23 a 25 de maio foi realizada em Boracay, Filipinas, a reunião de ministros de Comércio do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec, sigla em inglês). A [Declaração](#) divulgada destaca alguns aspectos das quatro linhas de trabalho do Fórum: (1) Integração econômica regional; (2) Participação de micro, pequenas e médias empresas nos mercados regionais e globais; (3) Investimentos em desenvolvimento de capital humano; e (4) Construção de comunidades e sustentáveis. Além disso, o documento ressalta que todos os membros da Apec avançarão nos compromissos assumidos na 10ª Conferência Ministerial no âmbito da OMC.

Cabe destacar que a negociação do TPP envolve 12 países[1] enquanto 19 economias[2] fazem parte do Apec. Todos os países que negociam o TPP fazem parte do bloco e de ambas as iniciativas participam três países latino-americanos (Chile, México e Peru), que fazem parte da Aliança do Pacífico.

O papel significativo destes acordos da Ásia-Pacífico se reflete na sua participação no PIB, comércio e fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) globais (Gráfico 1). As 12 economias do TPP especificamente representam 36% do PIB mundial, cerca de 25% do comércio total e 32% da receita de IED global. É importante levar em conta que no conglomerado se encontram algumas das principais economias do mundo e também uma série de países em desenvolvimento.

Gráfico 1. Indicadores de acordos da Ásia-Pacífico

Como % do total mundial, segundo dados disponíveis*



Obs.: * PIB e comércio, dados de 2014; investimento estrangeiro, dados de 2013. Fonte: BID Intal com dados do FMI (WEO Abril 2015), OMC e UNCTAD.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Cúpula de Líderes Econômicos da APEC](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°219*, novembro de 2014.
- BID-INTAL. “[Como as negociações de mega-acordos influirão na América Latina?](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°204*, agosto de 2013.

[1] TPP: Austrália, Brunei Darussalam, Canadá, Chile, Estados Unidos, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura e Vietnã.

[2] Apec: Austrália, Brunei Darussalam, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Rússia, Cingapura, Tailândia e Vietnã.

Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina

De 6 a 8 de maio foi realizada na Riviera Maia, México, a décima edição do [Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina](#). O encontro reuniu líderes políticos e empresários da região, representantes de organismos internacionais e outros nomes extrarregionais de prestígio. As discussões se concentraram na necessidade de se adaptar às dinâmicas pós-crise por meio de melhoras institucionais que favoreçam a geração de oportunidades econômicas e de investimentos, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Os expositores abordaram a deterioração do cenário internacional em relação à conjuntura favorável antes da crise de 2009 e a recuperação dos dois anos seguintes.

[Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina 2015](#)

Fonte: WEFForum <http://www.weforum.org>

Um dos participantes do painel sobre este tema foi o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno, que destacou em primeiro lugar algumas características do contexto atual – como o desaquecimento da demanda asiática e o fim do superciclo de preços das matérias-primas, com impacto principalmente nas economias sul-americanas – e a melhora econômica norte-americana em 2014, que beneficiou principalmente o México, a América Central e o Caribe. Em segundo lugar, ressaltou que a revolução tecnológica atual oferece grandes oportunidades para a região em termos de conectividade e para melhorar a produtividade, e deu exemplos de experiências bem-sucedidas. Em terceiro, afirmou que existe maior consciência na região sobre os problemas causados pelas mudanças climáticas e sobre a necessidade de avançar rumo a um modelo ambientalmente mais sustentável. No que diz respeito ao comércio e aos investimentos, discutiu-se como os fluxos comerciais e de investimentos podem contribuir para a diversificação produtiva e o crescimento inclusivo na região, insistindo na importância do fortalecimento dos vínculos extrarregionais, no fortalecimento institucional e jurídico para favorecer os investimentos e na necessidade de incorporar valor às matérias-primas. Entre os principais desafios identificados para aumentar a produtividade e melhorar a inserção internacional da região cabe destacar o desenvolvimento do capital humano, a melhora das capacidades de inovação, e a modernização e digitalização da infraestrutura.



Outros dois temas importantes do encontro foram:

- A resiliência macroeconômica em matéria fiscal, cambial e com relação aos termos do intercâmbio.
- O crescimento inclusivo, em especial a partir do papel que as reformas estruturais podem desempenhar na redução da desigualdade.
- O panorama energético regional em um contexto de volatilidade dos preços dos hidrocarbonetos, desenvolvimento de gás e petróleo não convencional e energias limpas.
- O futuro da infraestrutura, levando-se em conta as dimensões de qualidade, financiamento e âmbito regulatório.
- As mudanças no papel das empresas e dos consumidores.
- O futuro da educação.
- O desafio da igualdade de gênero.

Brasil e México fazem acordos para reforçar vínculo bilateral

Os presidentes do Brasil e do México, Dilma Rousseff e Enrique Peña Nieto, [assinaram](#) uma série de acordos com o objetivo fortalecer o vínculo entre os dois países. Em primeiro lugar, decidiram negociar a partir de julho a ampliação do alcance do Acordo de Complementação Econômica (ACE). Espera-se que as preferências fixas, atualmente aplicáveis a 795 produtos, se estendam até 6.000 itens.

Em segundo lugar, assinaram um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), cujos objetivos são melhorar a governança institucional, estabelecer agendas temáticas para a cooperação e a facilitação de investimentos e mecanismos para a mitigação de riscos e prevenção de controvérsias. Deve-se destacar que o Brasil assinou numerosos Acordos para a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos (APPRI) que nunca entraram em vigor por não terem sido ratificados pelo Parlamento brasileiro. Os ACFIs se distinguem dos APPRIs porque não incluem algumas das cláusulas mais questionadas no Brasil, como a resolução de disputas investidor-Estado e a expropriação indireta. Até o momento, o Brasil assinou três ACFIs com países africanos. Em terceiro lugar, os presidentes assinaram acordos sobre serviços aéreos, pesca e aquicultura, turismo, agricultura tropical, desenvolvimento sustentável e cooperação científica e tecnológica.

Antecedentes

O Brasil e o México contam com três acordos comerciais assinados em 2002, no âmbito da Aladi. O já mencionado ACE-53, vigente desde 2003, estabelece preferências tarifárias de 20% a 100% e contingentes tarifários para 795 produtos (150 agrícolas e 645 industriais). Os dois países fizeram concessões similares sobre a quantidade de itens e as categorias de preferências. O acordo inclui também normas técnicas, regulamentos e procedimentos de avaliação de conformidade; medidas sanitárias e fitossanitárias; regras de origem; salvaguardas; disposições sobre solução de controvérsias e regras para promover a cooperação econômica. Nas preferências concedidas pelo Brasil ao México se destacam os produtos químicos, enquanto nas concessões do México ao Brasil são destacadas as matérias-primas não alimentícias nem combustíveis (ROZEMBERG, 2010). Além disso, os dois países estão vinculados por acordos do México com o Mercosul. O ACE-54, em vigor desde 2006, estabelece o âmbito para a negociação de uma área de livre comércio entre o bloco e o México, assim como para estimular os investimentos recíprocos e promover a complementação e a cooperação econômica. Até o momento, o único membro do Mercosul que assinou um tratado de livre comércio (TLC) com o México foi o Uruguai; o Paraguai iniciou as negociações. Embora o Brasil e o México tenham diversas vezes anunciado a vontade de negociar, ainda não o fizeram. Nesse sentido, a ampliação do ACE-53 poderia constituir um avanço. O ACE-55, que entrou em vigor em 2003, cria um âmbito para o estabelecimento do livre comércio e a promoção da integração e da complementação produtiva no setor automotivo do México e do Mercosul. Cada membro do bloco negocia bilateralmente com o México as condições de intercâmbio de veículos e autopeças.

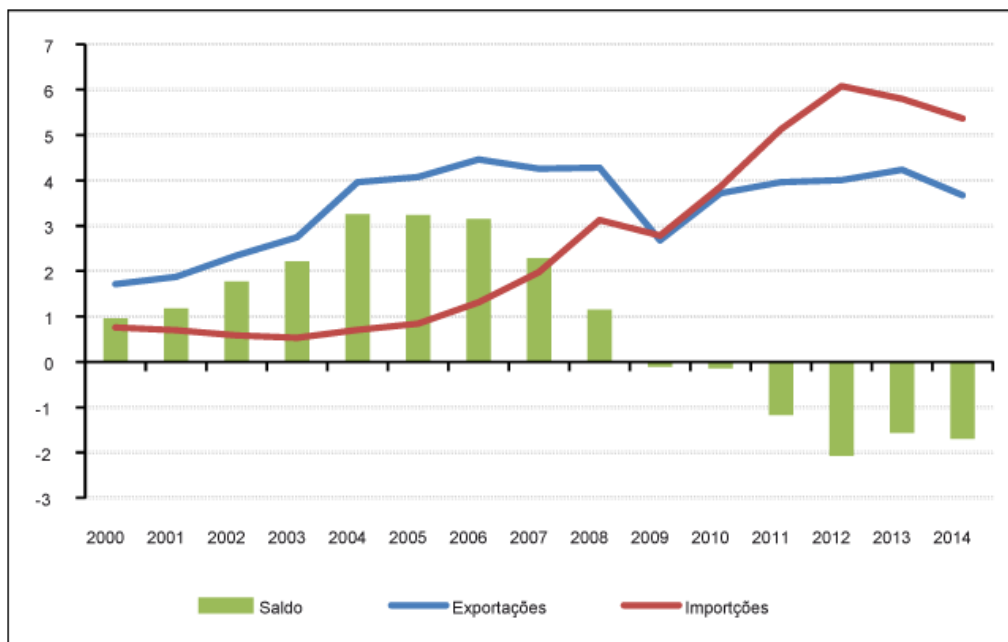
Evolução do comércio bilateral

Apesar de serem as duas maiores economias da América Latina, o comércio bilateral é pouco relevante: o México é o destino de apenas 1,6% das exportações brasileiras e responde por 2,3% das importações, enquanto o Brasil representa 1,2% das vendas e 1,1% das compras mexicanas. Em 2014 o intercâmbio comercial foi de US\$ 9 bilhões, uma redução pelo segundo ano consecutivo. Como se observa no gráfico, as exportações brasileiras para o México permanecem praticamente estagnadas em torno de US\$ 4 bilhões há mais de uma década, enquanto as vendas do México cresceram sistematicamente até 2012, com exceção da queda na época da crise internacional. A balança do comércio bilateral, historicamente superavitária para o Brasil, ficou negativa em 2009 e foi favorável ao México nos últimos cinco anos.

As manufaturas predominam no comércio bilateral: respondem por 86% das vendas do Brasil para o México e por 96% dos envios mexicanos ao mercado brasileiro. O intercâmbio bilateral tem um forte componente intraindustrial, com destaque para os produtos do setor automotivo no âmbito do ACE-55.

Gráfico 1. Comércio do Brasil com o México

Bilhões de US\$



Fonte: Elaboração própria com dados da Secex.

Bibliografia:

ROZEMBERG, Ricardo. “[Acordo Estratégico de Integração Brasil-México](#)”, trabalho apresentado no MERCOSUR. Consejo de Comercio Exterior del MERCOSUR. Cámara de Exportadores de la República Argentina (CERA). Instituto de Estrategia Internacional (IEI).19 de agosto de 2010.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Brasil e México negociarão um acordo de livre comércio](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°157*, agosto de 2009.
- BID-INTAL. “[Acompanhamento da agenda interna e externa](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N° 187*, março de 2012.
- BID-INTAL. “[Aspectos destacados dos vínculos externos dos países do Mercosul](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N° 201*, maio de 2013.
- BID-INTAL. “[Setor automotivo: Argentina e Brasil renovam acordos com México](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N° 223*, março de 2014.



China e América Latina aprofundam vínculos econômicos

O primeiro-ministro da República Popular da China, Li Keqiang, visitou [o Brasil, a Colômbia, o Peru e o Chile](#) entre 18 e 26 de maio. Durante a viagem ele se reuniu com os presidentes dos quatro países com o objetivo de aprofundar os vínculos econômicos e políticos entre eles e a China. Como consequência, foram assinados mais de 70 acordos de cooperação em áreas estratégicas como energia, mineração, infraestrutura e inovação científico-tecnológica.

Brasil

Durante os últimos anos, a China se transformou no principal sócio comercial brasileiro e em uma importante origem de investimentos. Os dois países promoveram o fortalecimento dos seus vínculos, tanto no âmbito dos Brics como por meio de iniciativas bilaterais. Nesse contexto, Li Keqiang e a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, assinaram um [plano de ação conjunta 2015-2021](#), que inclui 35 acordos de cooperação sobre promoção de investimentos e geração de oportunidades de negócios e outros temas como energia, transporte, comunicações, cooperação científica e tecnológica, etc. (Esquema 1).

Relações exteriores	• ME sobre promoção de investimentos e geração de oportunidades de negócios.
Agricultura e pecuária	• AC sobre saúde e quarentena animal • AQ sobre processamento de milho e de soja.
Energia	• ME sobre cooperação em matéria de tecnologia nuclear • Transferência de ações da EDPR para o Grupo Três Gargantas (energia eólica) • ME para construção de painéis FV.
Petrobras	• AQ para financiamento de diversos projetos da Petrobras (US\$ 7 bilhões).
Comércio	• AC financeiro entre o ICBC e a Vale para oferta de serviços financeiros (US\$ 4 bilhões). • Contrato de compra e venda de ações do Banco BBM S.A. para o Banco de Comunicações da China. • AC sobre associações preferenciais e acesso ao mercado brasileiro de capitais.
Infraestrutura	• Acordos para o desenvolvimento de pólos automotivo e siderúrgico. • Aquisição de navios. • Transporte marítimo de minério de ferro (Vale-China Merchants).
Transporte	• ME sobre estudos de viabilidade do projeto ferroviário transcontinental. • AQ de financiamento para compra de 40 aeronaves (Embraer)
Ciência e tecnologia	• P+D conjunto de satélite de recursos terrestres. • Cooperação científica.
Outros acordos	• Telecomunicações. • Meio ambiente. • Planejamento, orçamento e gestão. • Esportes.

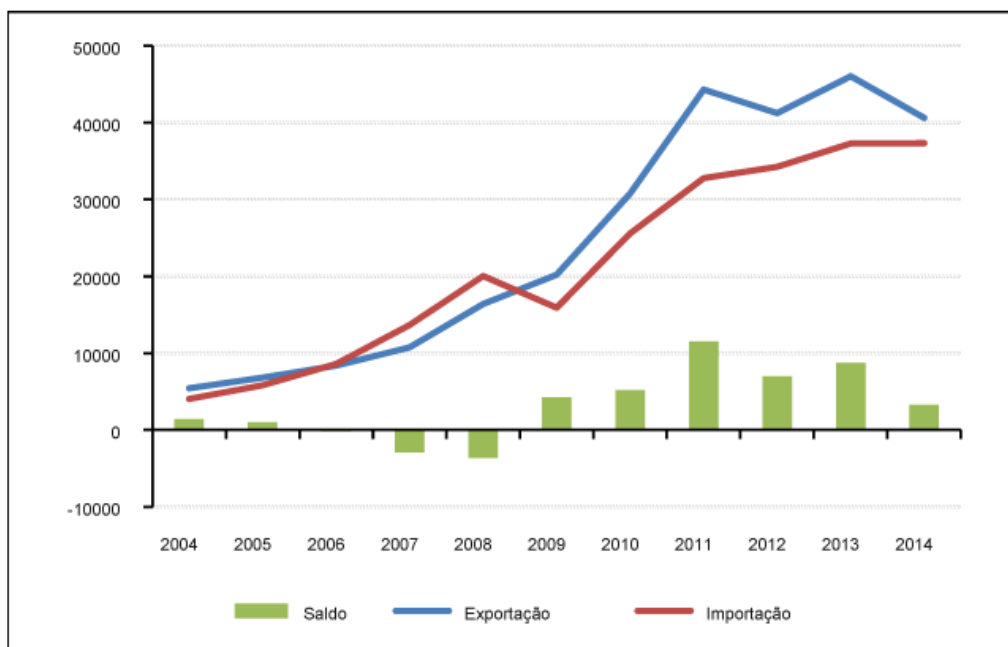
Obs.: AC: Acordo de Cooperação. AQ: Acordo-Quadro. I+D: Pesquisa e desenvolvimento. ME: Memorando de entendimento. Fonte: Elaboração própria baseada na presidência do Brasil.

Em especial, destacam-se os acordos sobre financiamento por parte de entidades chinesas para projetos de investimento públicos e privados nos setores petroleiro, de mineração, automotivo e siderúrgico brasileiros. Além disso, sobressai o memorando de entendimento para a realização de estudos de viabilidade para a construção de uma ferrovia transcontinental que atravessará o Brasil e o Peru, assim como a compra de aeronaves. Além disso, devem ser assinalados os acordos sobre sanidade animal para favorecer a exportação de carne brasileira para a China.

Em 2014, as exportações brasileiras para a China caíram 11,8% e ficaram em cerca de US\$ 40,616 bilhões, enquanto as importações dessa origem atingiram US\$ 37,341 bilhões, um nível similar ao do ano anterior. Diferente do desempenho recente, durante a última década o comércio bilateral cresceu em um ritmo elevado (22,3% e 24,9% a.a. foram, respectivamente, as taxas de aumento das vendas e das compras do Brasil a da China) e o país asiático se tornou o principal destino e fornecedor externo do Brasil, representando 18,0% das exportações e 16,3% das importações totais.

Gráfico 1. Evolução do comércio do Brasil com a China

US\$ milhões



Fonte: Elaboração própria com dados do DataIntal.

As exportações brasileiras para a China se encontram muito concentradas em recursos naturais, particularmente no complexo da soja: 4 de cada 10 dólares das vendas para o país asiático correspondem a grãos de soja. Seguem em importância o minério de ferro, o petróleo cru, a pasta de madeira e o açúcar. As compras do Brasil à China, pelo contrário, estão mais diversificadas e se compõem principalmente de manufaturas, com destaque para os produtos eletrônicos terminados ou seus componentes para montagem local (Quadro 1).

Quadro 1. Composição do comércio do Brasil com a China

Em % do total. Dados de 2014.

Exportações		Importações	
Grãos de soja	40,9%	Telefones celulares	8,1%
Minério de ferro	30,3%	Componentes de televisores ou similares	4,1%
Petróleo cru	8,6%	Componentes de computadores ou similares	3,5%
Pasta de madeira	3,5%	Circuitos eletrônicos integrados	2,6%
Açúcar	2,2%	Computadores ou similares	1,8%
Outros	14,6%	Outros	79,9%

Fonte: Elaboração própria com dados do DataIntal.

Peru

No Peru, o presidente Ollanta Humala e o primeiro-ministro chinês [assinaram sete acordos de cooperação](#):

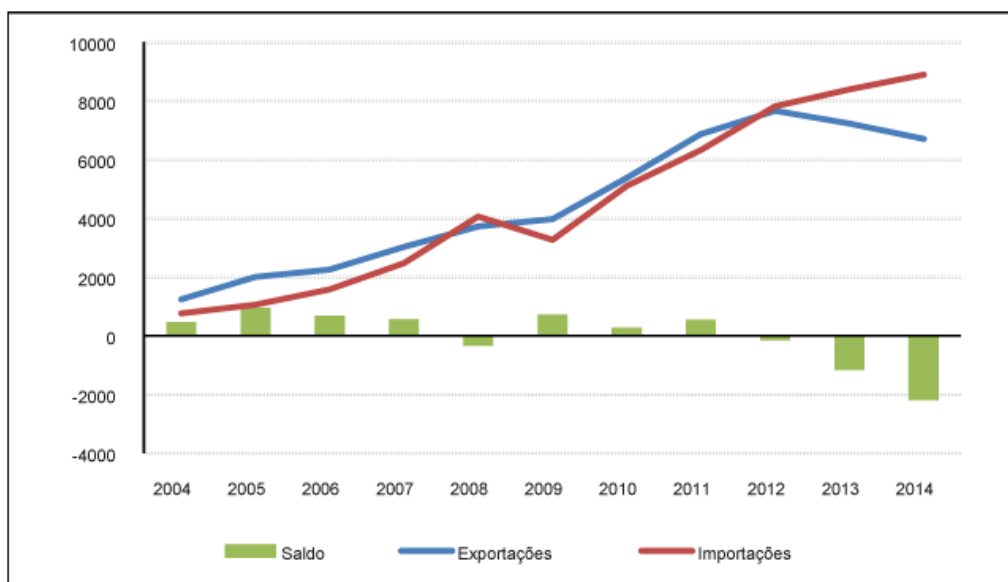
- Convênio para a criação de um laboratório molecular, entre a Universidade Nacional Mayor de San Marcos e o Jardim Botânico do Sul de China.
- Convênio de cooperação para a execução da avaliação, planejamento e gestão integrada dos recursos hídricos no Sul do Peru.
- Memorando de entendimento para o estabelecimento de mecanismos de cooperação para o desenvolvimento do setor energético.
- Protocolo de exigências fitossanitárias para a exportação de abacate do Peru para a China.
- Memorando de entendimento para o desenvolvimento de estudos básicos de viabilidade para a Conexão Ferroviária Bioceânica.
- Memorando de entendimento sobre o fortalecimento da cooperação em investimento industrial.
- Acordo de cooperação para a exploração e uso do espaço exterior com fins pacíficos.

Em 2009, o Peru e a China assinaram um tratado de livre comércio (TLC), vigente desde 2010. O país asiático é o principal sócio comercial do Peru, tanto como destino de exportações como em

caráter de fornecedor das importações. As compras do Peru à China aumentaram de maneira sustentada durante a última década, com exceção da contração durante a crise de 2009, e em 2014 somavam US\$ 8,9 bilhões. As exportações, pelo contrário, caíram pelo segundo ano consecutivo e ficaram em US\$ 6,7 bilhões.

Gráfico 2. Evolução do comércio do Peru com a China

US\$ milhões



Fonte: Aladi.

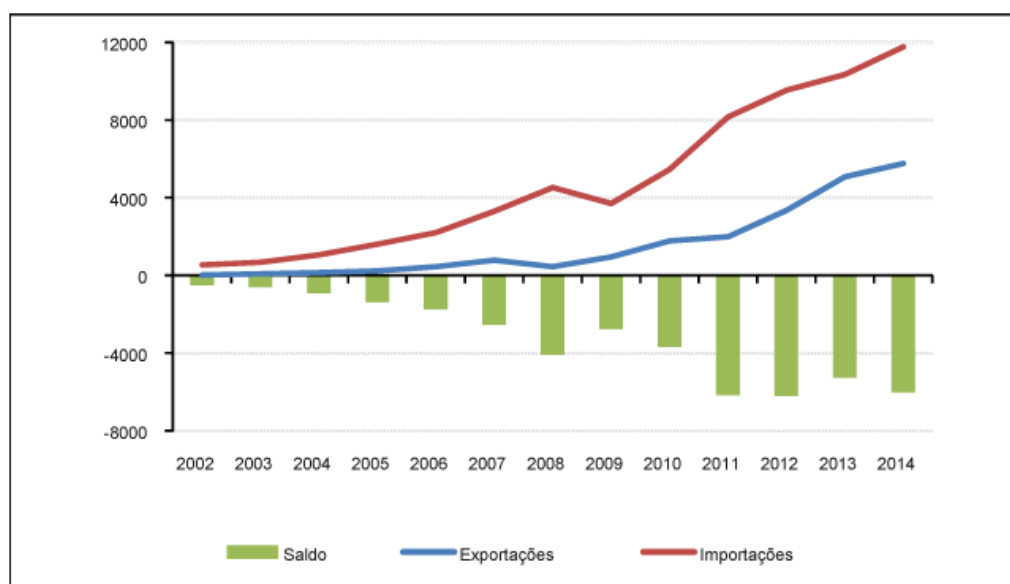
Colômbia

O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, e o primeiro-ministro chinês assinaram convênios de cooperação em temas financeiros, técnicos, educativos, culturais e de infraestrutura. Entre eles se destaca um Memorando de Entendimento para o desenvolvimento de infraestrutura na zona de Orinoquia, com a intenção de poder impulsionar o desenvolvimento e a agricultura na área, a criação de um centro logístico e de desenvolvimento do porto de Buenaventura.

A China é o segundo sócio comercial da Colômbia, depois dos Estados Unidos. Ao contrário do que aconteceu com outros países da região, a Colômbia tem conseguido manter o crescimento de suas vendas ao país asiático nos últimos anos. Em 2014, o déficit da Colômbia com a China foi de US\$ 6 bilhões, resultantes de exportações por US\$ 5,8 bilhões e importações por US\$ 11,8 bilhões. Deve-se mencionar que os dois países estabeleceram um grupo de trabalho conjunto para estudar a viabilidade de um TLC.

Gráfico 3. Evolução do comércio da Colômbia com a China

US\$ milhões



Fonte: Aladi.

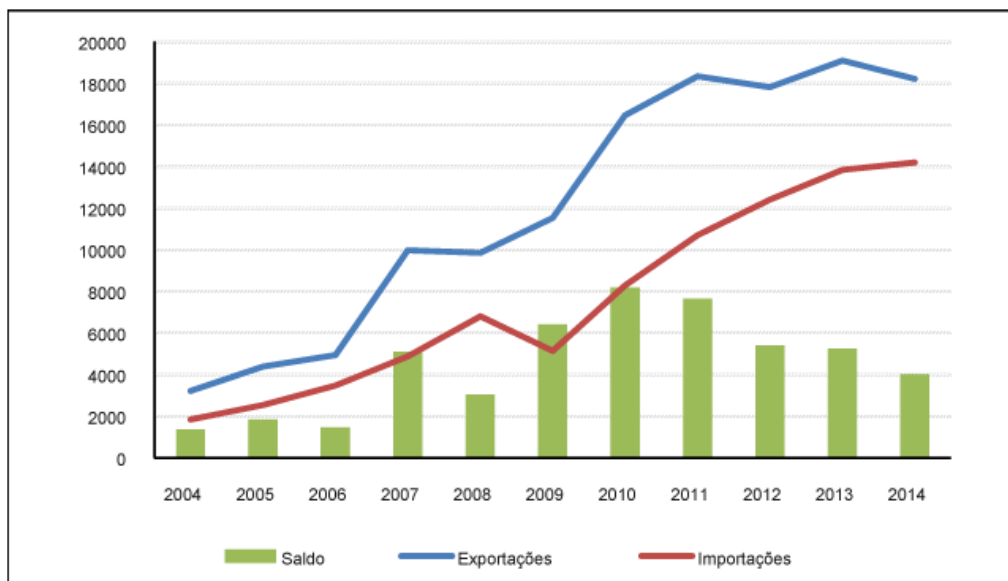
Chile

A presidenta do Chile, Michelle Bachelet, e Li Keqiang, [assinaram dez acordos](#) nas áreas de comércio, investimento, infraestrutura, educação, inovação, ciência e tecnologia. Entre eles se destaca o convênio para aprofundar o TLC assinado em 2005 e que entrou em vigência em outubro de 2006.

Durante os últimos anos, as exportações chilenas para a China ficaram em cerca de US\$ 18,0 bilhões, enquanto as importações vindas desse país asiático continuaram aumentando. Assim, o superávit do Chile no intercâmbio bilateral se reduziu a US\$ 4,0 bilhões em 2014.

Gráfico 4. Evolução do comércio do Chile com a China

US\$ milhões



Fonte: Aladi.

Por último, durante o discurso na sede da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), no Chile, o primeiro-ministro apontou o início de uma nova etapa nas relações entre a China e a América Latina, caracterizada por uma Associação de Cooperação Integral baseada na igualdade, no benefício recíproco, no desenvolvimento compartilhado e na cooperação. Destacando que as condições para a cooperação entre as duas regiões se encontram em seu momento ideal, afirmou que ela deve se apoiar em quatro eixos fundamentais:

1. A amizade e a confiança mútua com o objetivo de estabelecer uma visão de longo prazo e de colaboração no âmbito internacional.
2. Cooperação econômico-comercial 3x3, baseada “*na construção conjunta das três grandes vias de logística, energética e informática, (para) materializar a interação virtuosa entre as empresas, a sociedade e o governo, e ampliar os três canais de financiamento que são os fundos, os créditos e os seguros*”.^[1]
3. Impulsionar o intercâmbio cultural a fim de aumentar o conhecimento cultural entre os dois povos.
4. Melhorar os mecanismos de cooperação, tanto no âmbito da Celac como em outros fóruns conjuntos entre a China e a América Latina.

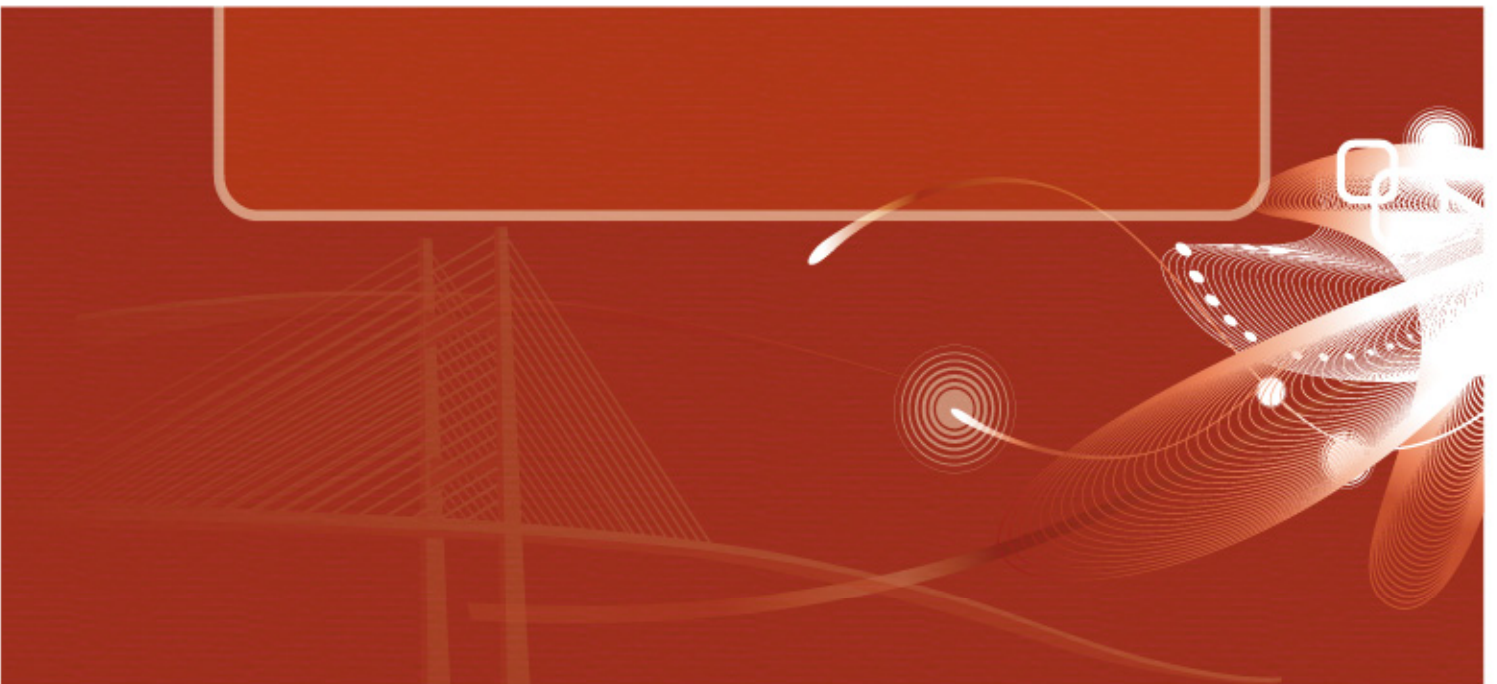
Texto sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Primeira Reunião Ministerial do Fórum Celac-China](#)” em: *Carta Mensal INTAL N* 221, janeiro de 2015.

[1] Veja Discurso na sede da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal), no seguinte [link](#).



Avaliação de impacto





Impacto do financiamento público sobre a inovação e a produtividade. O caso do Uruguai

O objetivo deste texto é divulgar e comentar o trabalho de Aboal e Garda (2015) que analisa o impacto do financiamento público sobre a inovação e a produtividade das empresas uruguaias. Para ter uma visão geral sobre avaliação de impacto, consulte o texto publicado na [Carta Mensal INTAL Nº 216](#), que explica o objetivo e as metodologias utilizadas.

Este estudo financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) parte da hipótese de que as empresas tendem a investir menos em inovação do que seria o ideal socialmente porque existe uma lacuna entre o benefício social e o privado (externalidade positiva). Ou seja, elas não podem se apropriar completamente dos rendimentos dos seus investimentos em inovação e em conhecimento, porque a inovação e o conhecimento se tornam rapidamente disponível para outras empresas. Embora seja possível recorrer ao direito de propriedade intelectual (o que, por outro lado, restringe a inovação incremental, que são as pequenas melhoras de inovações anteriores, por parte de outros atores), existem argumentos a favor do apoio público aos investimentos em inovação. Entre estes, menciona-se a incerteza presente nestes projetos e as grandes distâncias de informação entre investidores e inovadores. O estudo faz um levantamento da literatura de avaliação de impacto dos programas de apoio à inovação sobre as decisões das empresas em relação a emprego, desenvolvimento de novos produtos e solicitações de patentes, tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento.

A investigação se baseia em dados da pesquisa de atividades de inovação do Uruguai, e busca avaliar o impacto de um programa de apoio financeiro (“grupo de tratamento”) sobre as empresas no período 2004-2009. Como não se pode saber o que teria acontecido se a empresa não tivesse recebido apoio financeiro público (contrafático), o estudo recorre à metodologia de *matching propensity score*, selecionando empresas que não participaram do programa, mas poderiam fazer parte de um grupo de controle, a partir de características observáveis similares (setor, tamanho, capital e produtividade) antes de receber o “tratamento”.

Foram avaliados, por um lado, os efeitos do apoio financeiro sobre os gastos em inovação, incluindo investimentos em projeto, maquinaria, incorporação de tecnologia, capacitação, etc. Por outro lado, foi analisado o impacto sobre a proporção de vendas inovadoras (definida como a porcentagem de vendas decorrente da inovação implementada), os pedidos de patente e a produtividade (medida como o quociente entre as vendas e os empregos).

Os resultados mostram que não há um efeito de deslocamento entre os gastos em inovação públicos e privados: as empresas que receberam ajuda financeira investiram 4,5% mais das suas vendas do que as que não receberam apoio. Ou seja, o financiamento público parece aumentar o esforço privado em inovação. O programa tem efeitos positivos sobre a proporção de vendas inovadoras em relação ao total e sobre os gastos em P+D, mas não sobre os pedidos de patente nem a produtividade, que em geral tem um ciclo mais longo.

A contribuição do trabalho consiste em, por meio de uma metodologia rigorosa, fornecer



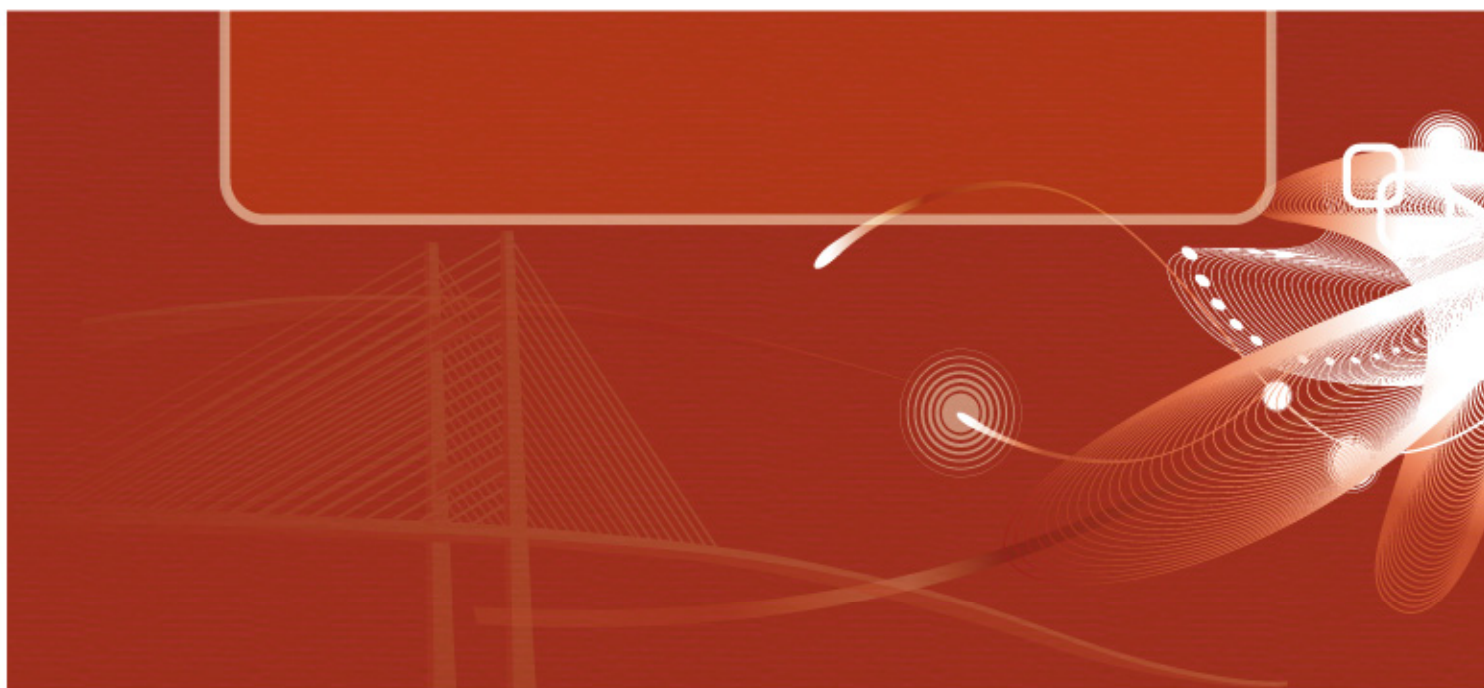
evidências dos efeitos positivos dos programas de financiamento sobre a inovação das empresas no Uruguai, descartando a existência de um efeito de deslocamento dos investimentos públicos.

Bibliografia:

ABOAL, Diego; GARDA, Paula. “[La financiación pública estimula la innovación y la productividad?: una evaluación de impacto](#)”, em: *Revista de la CEPAL N° 115*, p. 45-70, 2015.



Setor de Integração e Comércio





Workshop Regional BID/Intal-OMC-Caricom sobre questões relativas ao acesso a mercados e facilitação do comércio para países do Caribe

O [Banco Interamericano de Desenvolvimento \(BID\)](#), por meio do seu [Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe \(Intal\)](#) e do [Setor de Integração e Comércio](#), promoveu junto com a Secretaria da [Organização Mundial do Comércio \(OMC\)](#) e a [Secretaria da Comunidade do Caribe \(Caricom\)](#) o “Workshop Regional sobre questões relativas ao acesso a mercados e facilitação do comércio para países do Caribe”, em Bridgetown, Barbados, de 19 a 21 de maio de 2015. A atividade de capacitação teve como objetivo potencializar e reforçar os conhecimentos dos participantes sobre as disciplinas da OMC que têm um impacto sobre temas de acesso a mercados e facilitação do comércio.

A atividade foi planejada especificamente para funcionários públicos dos 15 países-membros da Caricom: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadina, Suriname e Trinidad e Tobago.

A sessão de abertura contou com a presença de altas autoridades da região, como a ministra das Relações Exteriores e Comércio Exterior de Barbados, *Maxine McClean*; a diretora do Escritório de Negociações Comerciais (OTN, sigla em inglês), embaixadora *Gail Mathurin*; e o presidente do Conselho para o Desenvolvimento Econômico e Comercial (Coted) da Caricom, ministro Claude E. S. Hogan. Também participaram da cerimônia os seguintes representantes das instituições organizadoras: Yvon Mellinger, do BID em Barbados; Mario Umaña, do Setor de Integração e Comércio do BID; e Darlan Marti, da Divisão de Acesso a Mercados da OMC.

O workshop foi realizado em inglês por especialistas das Divisões de Acesso a Mercados e de Estudos Econômicos e Estatísticas da OMC, do Setor de Integração e Comércio do BID e do [Centro de Comércio Internacional](#) (ITC, sigla em inglês).

Durante três dias, os participantes contaram com um espaço de análise, reflexão e debate sobre assuntos muito atuais: o novo Acordo da OMC sobre Facilitação do Comércio, seus objetivos, exigências e implementação; o modo como os países podem participar efetivamente do trabalho que a OMC está executando nesta área; e os novos aspectos relativos ao Tratamento Especial e Diferenciado (TED).

A Divisão de Estudos Econômicos e Estatísticas da OMC apresentou uma visão das disciplinas da OMC aplicadas às tarifas e aos perfis tarifários regionais. O programa abrangeu também outras disciplinas multilaterais que afetam o comércio e o acesso a mercados, como as restrições quantitativas, licenças de importação, regras de origem e sua utilização no comércio internacional; a avaliação na Alfândega e a manutenção de procedimentos de licenças de importação.

Os participantes tiveram a oportunidade de fazer exercícios práticos que visavam buscar informações relativas a tarifas aplicadas e listas de concessões, utilizando a [Base Integrada de](#)

[Dados e de Listas de Tarifas Consolidadas \(Banco de dados LAR, ou CTS, sigla em inglês\) da OMC](#); e informações sobre barreiras não tarifárias, por meio do [Portal Integrado de Informação Comercial da OMC](#) (I-TIP, sigla em inglês).

O ITC apresentou um panorama do papel da facilitação do comércio nos acordos comerciais regionais (ACRs).

Por sua vez, o BID contribuiu com um detalhamento pormenorizado das Iniciativas sobre Facilitação do Comércio que estão sendo impulsionadas por este organismo na região do Caribe, em especial das experiências nacionais para o desenvolvimento de Balcões Únicos Eletrônicos (em Barbados, Bahamas, Jamaica e Trinidad e Tobago) e do Programa de Operador Econômico Autorizado (OEA) desenvolvido na Jamaica.



Observatório Instrumentos Jurídicos de Integração (IJI)

Tendência do mês

No período correspondente a abril de 2015, o panorama de política comercial regional se caracterizou por um grande dinamismo na atividade dos acordos vigentes, destacando-se os acordos regionais do Chile, Colômbia, Mercosul e México com sócios intra e extrarregionais e de Cuba com sócios regionais. Também foram registrados progressos em negociações avançadas e concluídas, e anunciadas novas negociações.

Panorama 360º

No mês foram concretizados os TLCs do México com o Panamá e da Costa Rica com a Jamaica; foram anunciadas novas negociações intrarregionais e com sócios extrarregionais, como a União Europeia e a Coreia do Sul; houve avanços em 41 acordos vigentes e em cinco negociações comerciais (quatro avançadas e uma concluída).

Novos Acordos

- [TLC México – Panamá entrou em vigor no dia 21 de abril](#)
- [Costa Rica e Jamaica ratificam TLC](#)

Negociações concluídas

- [Coreia do Sul continua esperando que o TLC assinado com a Colômbia entre em vigor](#)

Novidades em negociações avançadas

- [Aliança do Pacífico está estagnada](#)
- [Acordo de Associação Transpacífico \(TPP\): México e EUA reveem negociações e Implicações do TPP \(análise\)](#)
- [Mercosul – UE: Negociação em “duas velocidades”](#)

Anúncio de novas negociações

- [Coreia do Sul negociará acordos comerciais com Equador e América Central](#)

Novidades de destaque em acordos comerciais vigentes

- Aladi: [“Grande contração do comércio intrarregional no primeiro bimestre do ano”](#)
- [México e América Central assinam acordo de segurança e justiça](#)
- [Chile e Canadá avançam no aperfeiçoamento do Tratado de Livre Comércio](#)
- [Chile e Coreia do Sul querem aprofundar o TLC entre os dois países](#)
- [União Europeia e Chile atualizam acordo bilateral de associação](#)
- [Peru e Colômbia examinarão incorporação do Equador ao acordo com UE](#)
- [Cuba e El Salvador assinam acordo para desenvolver comércio](#)
- [Mercosul enfrenta “seu pior momento e deve se flexibilizar”](#)
- [Acordo para regularizar a entrada da Bolívia no Mercosul](#)
- [México e UE querem modernizar acordos](#)
- [Peru e Coreia do Sul assinaram cinco convênios de cooperação](#)
- Cafta-RD: [EUA se queixa de barreiras ao comércio impostas pela República Dominicana](#)

O IJI é uma compilação de textos normativos, comentários e acompanhamento dos compromissos jurídicos e das novidades de caráter analítico dos vários processos de integração da América Latina e do Caribe. Para saber mais sobre os avanços e as novidades de acordos e negociações comerciais, acesse [III](#).

Cadeias de valor e reestruturação produtiva no novo cenário global e regional: o caso automotivo

SÉRIE DE SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS NO
50º ANIVERSÁRIO DO INTAL

IV

CADENAS DE VALOR E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO
NOVO CENÁRIO GLOBAL E REGIONAL: O CASO AUTOMOTRIZ

Faculdade de Ciências Econômicas, UBA

Salão Prof. Emérito Punturo, Av. Córdoba 2122, 1º andar - Cidade de Buenos Aires

Segunda 22 de Junho de 2015, às 18:00

REGISTRO

Carta Mensal Intal já tem aplicativo

A partir de maio de 2015, os leitores da *Carta Mensal Intal* poderão baixar o aplicativo “[Anuário Carta Mensal 2014](#)” do Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (Intal) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O aplicativo, disponível na APP Store e no Google Play, reúne uma seleção dos principais textos publicados ao longo de 2014 sobre temas de integração e comércio na América Latina e no Caribe (ALC), entre os quais se destacam: serviços globais de exportação; medidas sanitárias e fitossanitárias; infraestrutura e transporte global de mercadorias; análise de avaliações de impacto; e resenhas de livros.



Baixe o aplicativo “Anuario Carta Mensual 2014” (só em espanhol)



Queda nas exportações latino-americanas intensifica-se no primeiro trimestre de 2015, segundo estudo do BID

As exportações da América Latina acumularam uma contração de 9,1 por cento em relação ao ano anterior no primeiro trimestre de 2015, refletindo a deterioração do desempenho exportador que vem sendo observada desde o final de 2014, segundo um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

De acordo com a atualização trimestral das **Estimativas das Tendências Comerciais da América Latina**, as exportações da região tiveram um declínio de 2,7 por cento em 2014 e a queda se intensificou nos últimos meses, registrando uma contração de 9,1% entre janeiro e março, em comparação com o mesmo período de 2014.

O relatório revela que a contração das exportações generalizou-se para quase todos os países da região nos primeiros meses de 2015. Apenas três economias registraram crescimento. As exportações dos países andinos foram as que apresentaram quedas mais significativas (-19,2%). O MERCOSUL sofreu um declínio em relação ao ano anterior de 13,7%. A América Central e República Dominicana, cujas vendas externas haviam crescido em 2014, tiveram agora uma contração de 4,6%. Além disso, as exportações do México, que haviam se expandido em 2014, começaram a se contrair no primeiro trimestre de 2015, registrando um declínio em relação ao ano anterior de -0,4%.

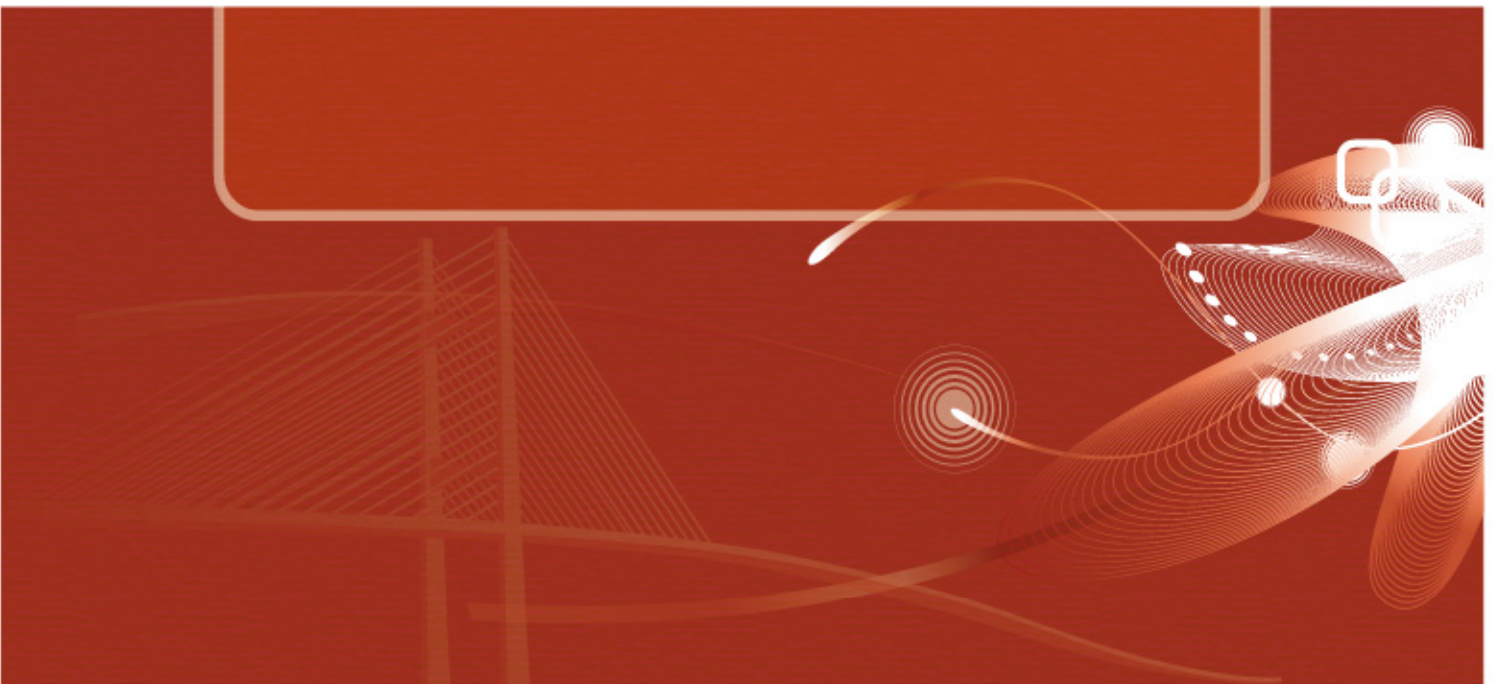
O relatório inclui dados detalhados para 17 países latino-americanos.



Mais informação no [link](#).



Outras Atividades do BID





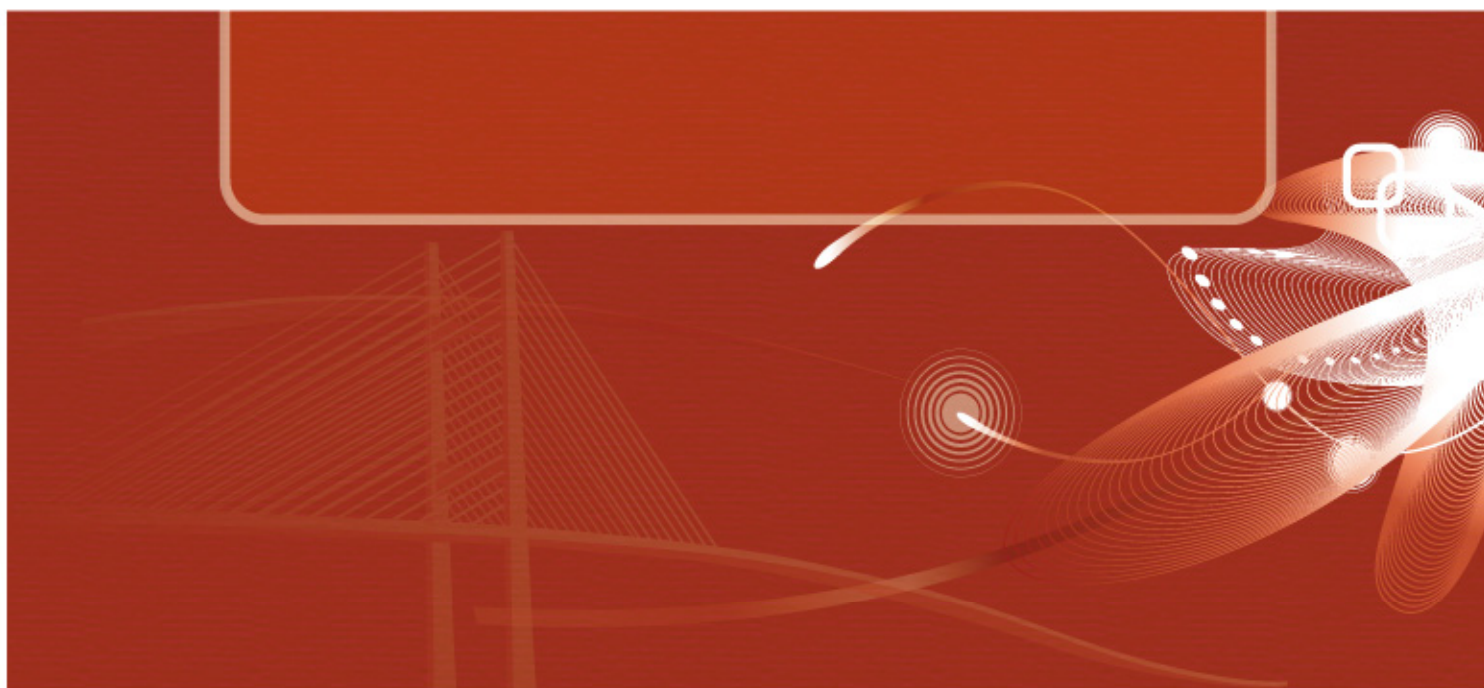


Premio Mérito al Desarrollo Regional de América Latina y el Caribe Juscelino Kubitschek

YA ESTÁN ABIERTAS LAS NOMINACIONES! La cuarta edición del Premio Juscelino Kubitschek está recibiendo tu nominación, no pierdas tiempo e ingresa ya los datos de tu institución favorita. En esta edición estamos buscando organismos que han hecho la diferencia utilizando la INNOVACIÓN. Si sabes de instituciones innovadoras, ¡NOMÍNALAS! o si eres una institución innovadora, PUEDES AUTONOMINARTE, ASÍ QUE POSTÚLATE AHORA. Este premio se ha convertido en la distinción más importante que otorga una institución multilateral en la región. ¡No te quedes fuera! ([Link](#))



Eventos da Área







**Esta seção reúne informações
sobre eventos relacionados
à integração e ao comércio
nos âmbitos regional e mundial.**



Trade Policies, Value Chains and Development. Ginebra: ICTSD e OCDE. 23 de abril de 2015.

Informações no seguinte [link](#).



Expo Aladi. Argentina 2015. Buenos Aires: 4 e 5 de junho de 2015.

Informações no seguinte [link](#).



Carbon Markets in the Context of the Post-2015 Climate Governance Framework: The Case for Climate Clubs. Paris: ICSTD. 22 de maio de 2015.

Informações no seguinte [link](#).

Seminario Internacional: Cambio Climático, Política Fiscal Ambiental y Caudales Ambientales: Desafíos y Oportunidades para las Energías Sostenibles en América Latina. Buenos Aires: CEPAL. 26 e 27 de maio 2015.

Informações no seguinte [link](#).



La UE y América Latina dialogan sobre políticas públicas y la futura cooperación en cambio climático. Programa Euro-Clima. 26 a 29 de maio de 2015.

Informações no seguinte [link](#).



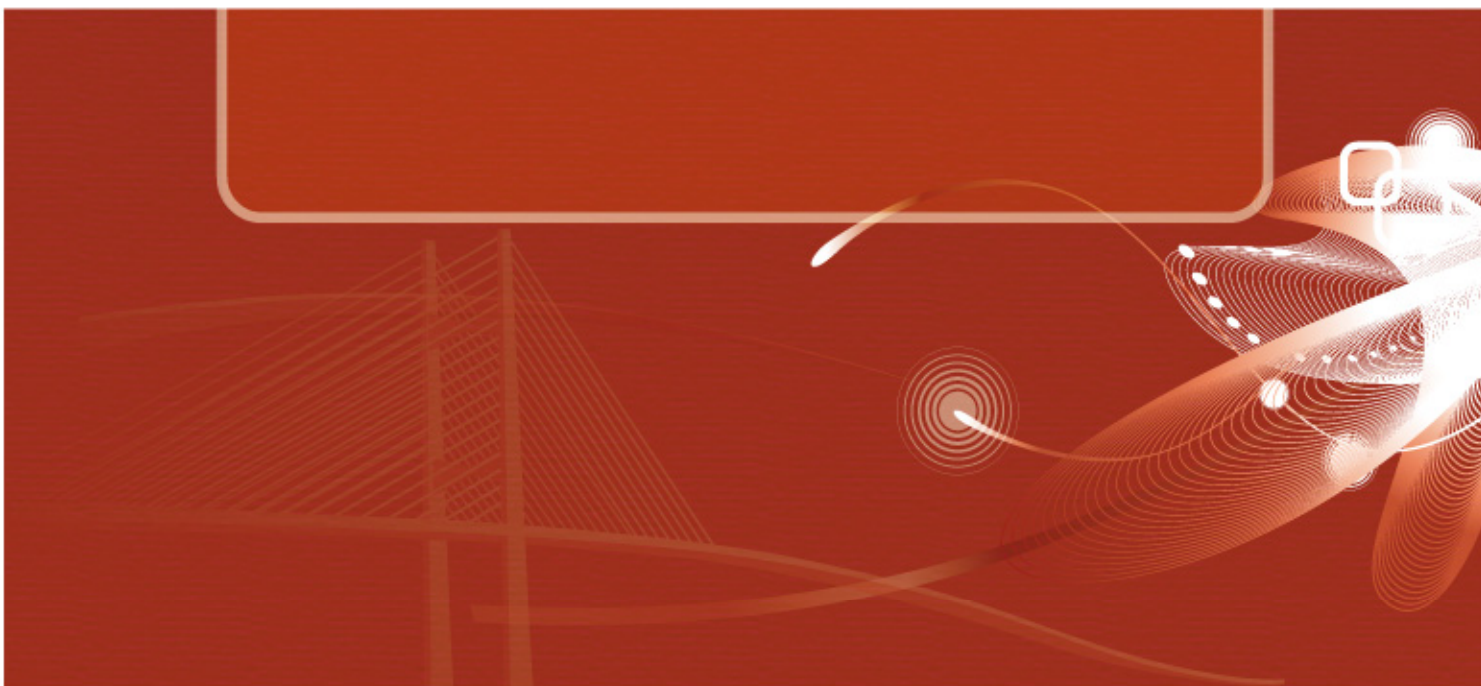
Seminario Internacional: Las Oportunidades del Multidestino para la Integración Regional. Porto Príncipe: UNWTO. 19 e 20 de maio de 2015.

Informações no seguinte [link](#).





Centro de Documentação INTAL







Resenhas Bibliográficas

Enabling the next production revolution: issues paper. Paris: OCDE. March 2015

O objetivo deste trabalho elaborado pela Direção de Ciência, Tecnologia e Inovação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é explorar prospectivamente o impacto das mudanças tecnológicas nos próximos 10 a 15 anos, de modo que os países possam aproveitar as oportunidades e se preparar para os desafios que surgem. O documento sustenta que as novas tecnologias poderiam reduzir a importância das economias de escala e têm o potencial de mudar a organização da produção global, com impactos sobre o comércio internacional e as Cadeias Globais de Valor (CGV).

O trabalho destaca algumas tendências que influirão sobre a produção global:

1. Crescimento demográfico e envelhecimento da população. Crescente urbanização na Ásia, África, América Latina e Caribe.
2. O imperativo da sustentabilidade e o crescimento “verde”. O desafio das mudanças climáticas.
3. Novas classes médias em países emergentes como a China e a Índia, com efeitos sobre o consumo.

O documento argumenta que as novas tecnologias enumeradas a seguir impactarão os processos produtivos, podem melhorar a competitividade das empresas e países, e prover soluções, pelo menos parciais, para essas tendências.

1. Manufatura aditiva: a impressão 3D permite realizar protótipos e pequenos volumes de produção eficientemente.
2. Nanotecnologia: tem o potencial de produzir uma ampla gama de bens com propriedades interessantes (tais como produtos mais leves ou resistentes).
3. Biotecnologia: produção de bioeletricidade, biocombustíveis e biomateriais.
4. Materiais avançados: novos materiais com melhores propriedades (funcionalidades, eficiência energética) a serem utilizados em indústrias diversas, combinados com materiais tradicionais.

- 
5. Tecnologias verdes: melhorarão a eficiência no uso dos recursos e da energia e reduzirão a geração de resíduos.
 6. Novas tecnologias de informação e comunicação: maior eficiência e produtividade decorrente do uso de sensores, Internet das coisas, inteligência artificial, *big data*, etc.

O documento mostra que essas tecnologias têm um caráter disruptivo, com capacidade de revolucionar os sistemas de produção em diversos setores. Entre várias novas características que se podem esperar da produção no futuro, o trabalho destaca a complexidade, a necessidade de resposta rápida às mudanças no entorno, a criatividade e a capacidade de inovação, a personalização dos bens para atender a nichos de mercado, a digitalização dos processos, a sustentabilidade.

A partir deste diagnóstico, a publicação indica que a inovação é o motor de crescimento econômico mais importante nas economias. Em especial, sustenta que o grau em que os países possam aproveitar as tecnologias emergentes definirá a possibilidade de alcançar um crescimento econômico sustentável. Além disso, o trabalho sublinha o impacto diferenciado da automatização sobre os diversos tipos de emprego, com maiores riscos para quem tiver menos qualificação. Finalmente, a obra assinala alguns desafios da “nova revolução industrial” para as políticas públicas. Em primeiro lugar, sublinha a necessidade de fomentar a inovação por meio de condições de entorno favoráveis, como investimento em conhecimento, capital humano, infraestrutura física, políticas de empreendedorismo, etc.

Em segundo lugar, a necessidade de identificar regulações e políticas que criam barreiras ao desenvolvimento das novas tecnologias. E em terceiro, a de utilizar as políticas educativas para atender os desafios em termos de emprego e desigualdade.

O valor do documento consiste em dar um panorama claro e resumido do impacto das novas tecnologias nos processos produtivos em nível global e as implicações para as políticas públicas. Apesar de se concentrar nos países da OCDE, sua visão prospectiva e as oportunidades e os desafios especificados são também úteis para a região da América Latina e os demais países emergentes.

Enabling the next production revolution: issues paper. Paris: OECD, 2015. ([Link](#)).



Alerta Bibliográfico

Esta alerta difunde informação sobre os documentos registrados na base de dados do Centro de Documentação do INTAL (CDI), destacando algumas publicações, e proporcionando links a boletins e revistas de acesso aberto que constam no período citado. Clique [aqui](#).

Bibliografias em destaque do mês

* **Ten technologies which could change our lives : potential impacts and policy implications. (2015). Brussels: Parlamento Europeo.**



Título: Ten technologies which could change our lives : potential impacts and policy implications

Edición: Brussels: Parlamento Europeo, january 2015 [28 p.]

Temas: <TECNOLOGIA><DESARROLLO TECNOLÓGICO><INNOVACIONES TECNOLÓGICAS>

Resumen: This study was undertaken in support of the Scientific Foresight Unit's ongoing work to develop a methodology for carrying out foresight studies within the European Parliament. Ten different scientific and technological trends are investigated which reflect the interests of citizens, policy-makers and legislators drawn from across the European Union. A summary of each trend is provided followed by an overview of both the 'expected' and 'unexpected' impacts associated with the trend. A legal analysis is then provided which highlights procedural and legislative issues for policy-makers and legislators to consider when tackling policy-making in the EU in relation to each trend.

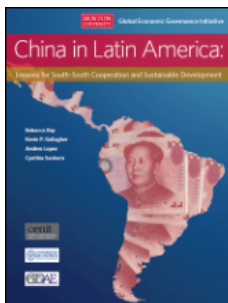
Accesos al documento:

62 / PEURO-TEN / 2015

Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

* Ray, R.; Gallagher, K.; Lopez, A. y Sanborn, C. (2015). China in Latin America : lessons for South-South cooperation and sustainable development. Boston: Boston University.



Autor: Ray, Rebecca; Gallagher, Kevin P.; Lopez, Andrés; Sanborn, Cynthia
Título: China in Latin America : lessons for South-South cooperation and sustainable development

Edición: Boston: Boston University, 2015 [28 p.]

Temas: <RELACIONES SUR - SUR><IMPACTO AMBIENTAL><DESARROLLO SOSTENIBLE><ECONOMIA INTERNACIONAL><MERCADO DE TRABAJO><INVERSIONES>

Geográficos: <AMERICA LATINA><CHINA>

Resumen: Latin America's recent commodity boom accentuated environmental degradation and social conflict across the Americas. The Latin American commodity boom was largely driven by new trade and investment with China, and concentrated in the petroleum, mineral extraction, and agricultural sectors - sectors endemic to environmental degradation and often the source of social conflict over rights and working conditions. Though with some notable exceptions, Latin American governments fell short of mitigating the social and environmental costs of trade and investment of the China-led commodity boom. While China should not be blamed for the bulk of Latin America's environmental and social problems, as China 'goes global' it is important to mitigate the social and environmental impacts of its global activities in order to maintain good relations with host countries and to reduce the potential risks associated with overseas investment. Although some Chinese firms have demonstrated an ability to adhere to best practices in the social and environmental arena, by and large and Chinese firms operating in Latin America thus far lack the experience or policies in place to lessen the impacts of their investments in the region. As the Latin American economies slow down there is increasing pressure on governments to 'streamline' approvals for the relatively few opportunities for Chinese trade and investment, and to dampen the voice of civil society organizations working to hold governments and foreign firms accountable for their actions. It is in the interests of the Latin American and Chinese governments, as well as Chinese firms, to put in place the proper social and environmental policies in order to maximize the benefits and mitigate the risks of China's economic activity in Latin America ...

Nota de contenido:Section 1: Executive summary [p. 2]Section 2: China as a driver of social and environmental change in Latin America [p.



4] **2.1:** Employment creation [p. 6] **2.2:** Environmental impacts [p. 7] **2.3:** Rising to the challenge: Social and environmental safeguard innovations [p. 11] **2.4:** Progress under fire: Challenges to existing protections [p. 11]**Section 3:** The performance of chinese investors in Latin America [p. 12] **3.1:** Incentives from home: The role of lender oversight [p. 13] **3.2:** The importance of community engagement [p. 15] **3.3:** Government-firm relations: The importance of outreach and learning [p. 18]**Section 4:** Lessons for policy [p. 20] **4.1:** Latin American governments [p. 20] **4.2:** China and chinese investors [p. 21] **4.3:** Civil society [p. 22] **Accesos al documento:**
339.9 / RAY-CHI / 2015

Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aqui](#)

* **Desarrollo del comercio intrarregional de alimentos y fortalecimiento de la seguridad alimentaria en América Latina y el Caribe. (2015). Santiago de Chile: FAO; ALADI.**



Título: Desarrollo del comercio intrarregional de alimentos y fortalecimiento de la seguridad alimentaria en América Latina y el Caribe

Edición: Santiago de Chile: FAO; ALADI, 2015 [171 p.]

ISBN: 978-92-5-308729-7

Temas: <SEGURIDAD ALIMENTARIA><COMERCIO INTRARREGIONAL><ACUERDOS REGIONALES DE COMERCIO><POLITICA COMERCIAL><POLITICA SOCIAL>

Geográficos: <AMERICA LATINA><CARIBE>

Resumen: La Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) ha pasado a ocupar un sitio relevante en la agenda política de los países de América Latina y el Caribe, particularmente a partir de las crisis económicas y del alza de los precios internacionales de los alimentos en los últimos años y su impacto en la capacidad de acceso de la población más vulnerable a la alimentación. Sin perjuicio de las diferencias que existen entre países de la región y de los altos niveles de desigualdad que aún subsisten y que superan a los de otras regiones del planeta, las economías de América Latina y el Caribe han mostrado un dinamismo sostenido en los últimos años, mientras que la aplicación de políticas de mayor gasto público y de transferencias de ingresos para atender demandas sociales ha contribuido a reducir la pobreza. La lucha por erradicar el hambre también muestra avances sostenidos y, a un año de cumplirse el período fijado en los Objetivos del Milenio y por la Cumbre Mundial sobre la Alimentación de 1996, 16 países de la región han alcanzado la meta de "reducir a la mitad el porcentaje de personas que padecen hambre", junto a varios otros que han realizado importantes progresos. Sin embargo, continúa siendo una paradoja que a pesar de los avances logrados, 47 de los 842 millones de personas que padecen hambre en el mundo se encuentran en América Latina y el Caribe, región con una importante producción y abastecimiento de alimentos a nivel mundial y que produce más de lo que requiere para abastecer a su población ...

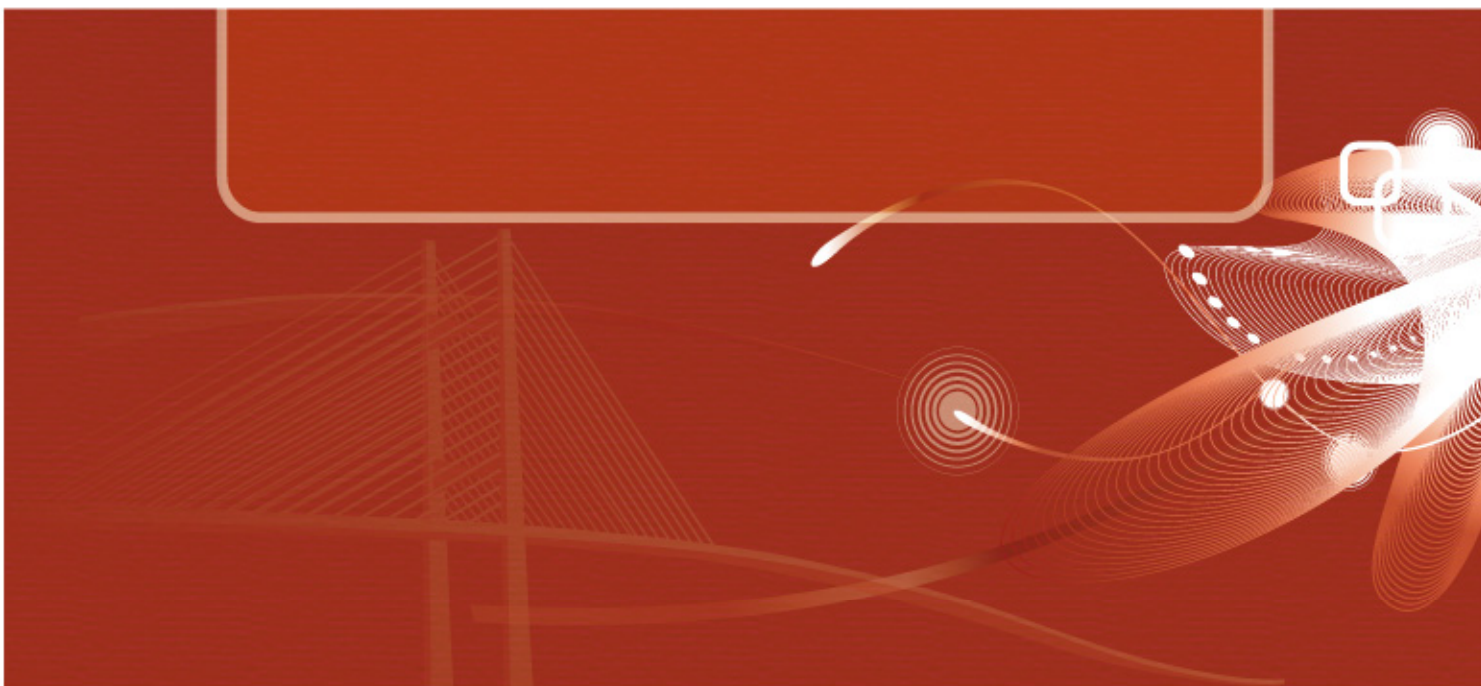
Nota de contenido: Introducción [p. 1] **1:** Marco de referencia [p. 7] **1.1:** Seguridad alimentaria, acceso y disponibilidad de alimentos en la región [p. 7] **1.2:** Comercio agroalimentario de América Latina y el Caribe [p. 11] **2:** El comercio agroalimentario intrarregional y su potencial de expansión [p. 25] **2.1:** Los flujos del comercio agroalimentario intrarregional [p. 25] **2.2:** El potencial de expansión del abastecimiento

intrarregional [p. 28] **2.3:** La distribución del comercio intrarregional de alimentos [p. 30] **2.4:** Balanzas comerciales agroalimentarias intrarregionales [p. 31]**3:** Factores condicionantes del comercio intrarregional agroalimentario [p. 37] **3.1:** Condicionantes de acceso y preferencias para importaciones desde la región [p. 38] **3.2:** Normativa y requisitos de importación para los productos agroalimentarios en América Latina y el Caribe [p. 52]**4:** Marco de acuerdos comerciales entre países de América Latina y el Caribe relacionados con el comercio de alimentos [p. 63] **4.1:** Acuerdos de carácter comercial entre países de la región [p. 63] **4.2:** Disposiciones en materia de compras públicas en los acuerdos intrarregionales [p. 65]**5:** Programas gubernamentales de alimentación y sistemas de compras de alimentos en América Latina y el Caribe [p. 67] **5.1:** Programas de transferencias condicionadas [p. 68] **5.2:** Programas de alimentación escolar [p. 70] **5.3:** Políticas y mecanismos de stocks alimentarios [p. 72] **5.4:** Sistemas de compras públicas - Caso de Centroamérica [p. 73]**6:** Conclusiones y propuestas para la acción [p. 75] **6.1:** Conclusiones [p. 75] **6.2:** Propuestas para la acción [p. 79] **6.3:** Comercio agroalimentario intrarregional y plan regional de seguridad alimentaria y nutricional [p. 83]**Referencias y fuentes de información** [p. 87] **Accesos al documento:** 338.439 / FAO-DES / 2015

Documento Electrónico
[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)



Redação





Redação

Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf para ser consultada de maneira gratuita na página do BID-INTAL na internet.

Conselho Diretor:

Antoni Esteve de Oda

Gustavo Beliz

Coordenação:

Alejandro Ramos Martínez

Assessoria técnica:

Rosario Campos (Aliança do Pacífico, Unasul, Panorana Regional e Global, Avaliação de impacto, Resenhas Bibliográficas)

Romina Gayá (Mercosul, Panorana Regional e Global)

Gala Gómez Minujín (Caribe, América Central, Comunidade Andina, Panorana Regional e Global)

Linda Plata Curran (IJI)

Alejandra Radl (Unasul)

Verónica Toscani (Setor de Integração e Comércio)

Assistência compilação material:

Andrea Benítez

Eugenia Piasentini

Edição:

Ana Basco

Santiago Chelala

Julieta Tarquini

Edição Web:

Gastón Casella

Federico Mazzella

Julieta Tarquini

R.P.I.: 5234650

ISSN: 1027-1899

Esta é uma publicação mensal propriedade do Instituto para Integração da América Latina e do Caribe, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL). Todos os direitos reservados.

Fontes de informação: Comunicados para a Imprensa e Boletins de: AEC; ALADI; BID; CARICOM; Comunidade Andina; Euro-Lat; Grupo do Rio; MERCOSUL; PARLATINO; SELA; SG-SICA; SIECA. Organismos oficiais e internacionais. Arquivos de Imprensa do INTAL.

Copyright © 1996 Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons IGO 3.0 Atribuição-NãoComercial-SemDerivações (CC BY-NC-ND 3.0 IGO) licença (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode>) e pode ser reproduzida com atribuição ao BID e para qualquer finalidade não comercial. Nenhum trabalho derivado é permitido.

Qualquer controvérsia relativa à utilização de obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente será submetida à arbitragem em conformidade com as regras da UNCITRAL. O uso do nome do BID para qualquer outra finalidade que não a atribuição, bem como a utilização do logotipo do BID serão objetos de um contrato por escrito de licença separado entre o BID e o usuário e não está autorizado como parte desta licença CC-IGO.

Note-se que o link fornecido acima inclui termos e condições adicionais da licença.

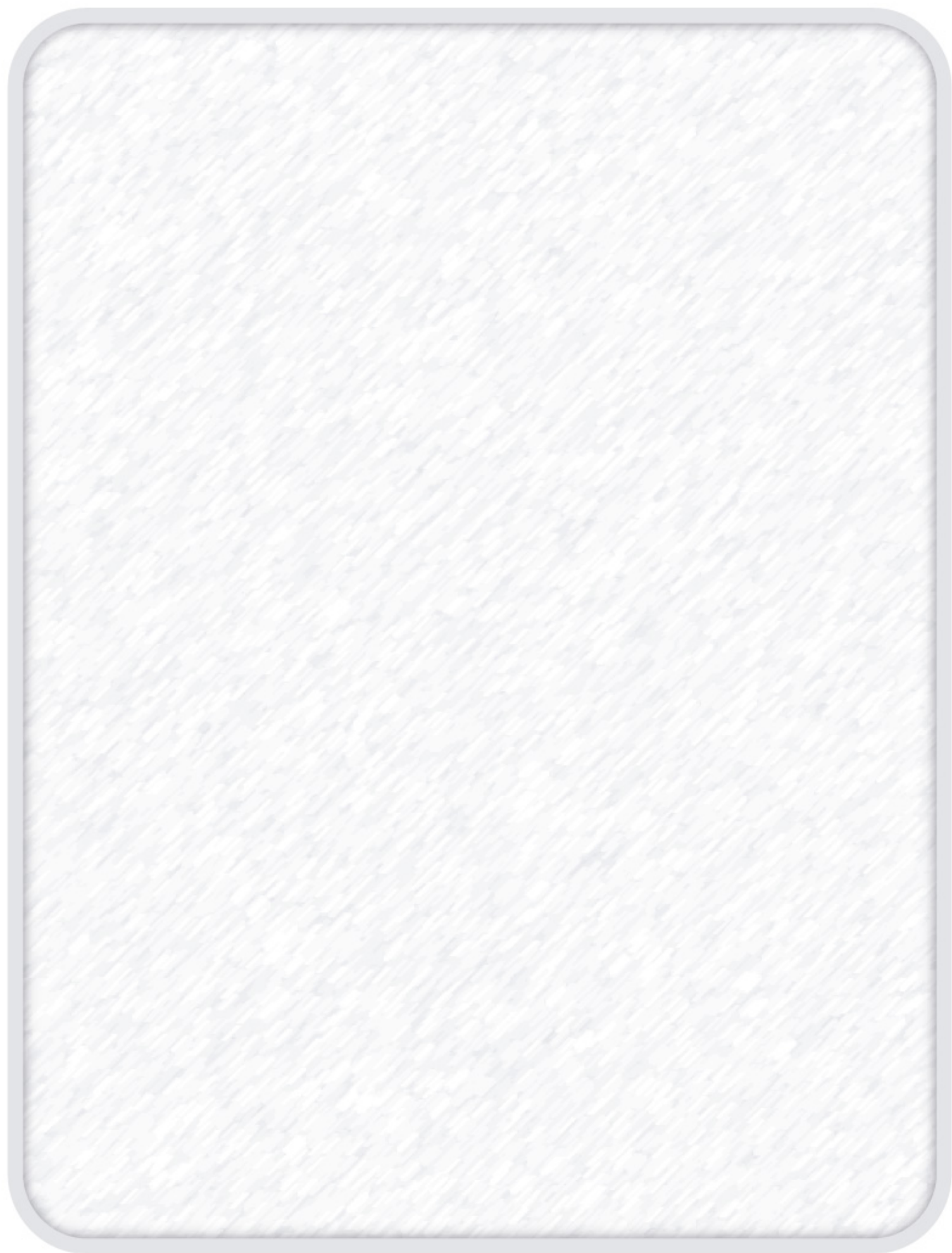
As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva, ou dos países que eles representam.



BID-INTAL | Esmeralda 130, andáres 11 e 16 | (C1035ABD) Buenos Aires, Argentina

Links a fontes originais de informação utilizadas neste número:

- [Acuerdos y declaraciones firmados entre Argentina y Chile]. (2015).
- Anyanwu, D. (2015). Caribbean convergence : an essay. Saint Augustine: UWI. [Link](#).
- Enabling the next production revolution: issues paper. (2015). Paris: OECD. [Link](#).
- Forum on the future of the Caribbean : agenda. (2015). Saint Augustine: UWI. [Link](#).
- Keqiang, Li. (25 de mayo de 2015). Crear juntos un nuevo porvenir de la Asociación de Cooperación Integral entre China y América Latina y el Caribe. Discurso en la sede de la Comisión Económica de las Naciones Unidas para América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL. [Link](#).
- Rozemberg, R. (2010). Acuerdo Estratégico de Integración Económica: Brasil – México. UNSAM. [Link](#).



INTAL

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe

